

Universidade Estadual do Norte do Paraná

Repositório Institucional UENP

<https://repositorio.uenp.edu.br>

---

Programa de Pós-Graduação em Educação

Produtos educacionais

---

2025-03-26

# Nem todos pela educação: resistindo ao neoliberalismo educacional

Duarte Filho, Anésio José

Universidade Estadual do Norte do Paraná

---

<https://repositorio.uenp.edu.br/handle/123456789/756>

*Baixado de Repositório Institucional UENP*

**NEM Todos Pela Educação:**  
Resistindo ao Neoliberalismo Educacional



Anésio José Duarte Filho

Marisa Noda

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA  
LINHA DE PESQUISA: GESTÃO E PLANEJAMENTO**

**ANÉSIO JOSÉ DUARTE FILHO**

**PRODUTO EDUCACIONAL**

**NEM TODOS PELA EDUCAÇÃO: RESISTINDO AO  
NEOLIBERALISMO EDUCACIONAL**

**JACAREZINHO  
2025**

ANÉSIO JOSÉ DUARTE FILHO

**NEM TODOS PELA EDUCAÇÃO: RESISTINDO AO NEOLIBERALISMO  
EDUCACIONAL**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação Básica da Universidade Estadual do Norte do Paraná (PPEd/UENP) como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de pesquisa: “Educação Básica: Gestão e Planejamento”.

**Orientadora:** Profa Dra. Marisa Noda.

**Banca Examinadora**

Profa. Dra. Marisa Noda - PPEd/UENP

Profa. Dra. Adriana Medeiros Farias –  
PPEdu/UEL

Prof. Dr. João Vicente Hadich Ferreira –  
PPEd/UENP

**Data de Aprovação**

26/03/2025

Ficha catalográfica elaborada por Lidia Orlandini Feriato Andrade, CRB 9/1556, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UENP

D812n Duarte Filho, Anésio José  
Nem todos pela educação: resistindo ao neoliberalismo educacional / Anésio José Duarte Filho; orientadora Marisa Noda - Jacarezinho, 2025.  
55 p. :il.

Produção Técnica Educacional (Mestrado Profissional em PPED) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

1. Educação Básica - Educação Crítica. 2. Neoliberalismo. 3. Formação Continuada de Professores. 4. Empresariamento da educação. 5. Subversão Docente. I. Noda, Marisa, orient. II. Título.

CDD: 379.2



## CARTA AOS DOCENTES

### **Professoras e Professores,**

Este Caderno Pedagógico tem como objetivos analisar a conjuntura da Educação nos âmbitos local, regional, nacional e internacional, integrantes de uma mesma realidade, e destacar a importância de resistirmos às atuais mudanças na(da) educação pública escolar. Desde a década de 1990, vivemos sob o guarda-chuva neoliberal e suas políticas educacionais hegemônicas. A partir de 2006, com a criação do Movimento Todos Pela Educação, percebe-se uma presença constante do empresariado definindo os rumos das políticas públicas educacionais e tendo acesso aos dinheiros da educação. A crise econômica de 2008 é outro fator que repercutiu nesse processo. O e-book é composto de seis partes: na primeira, apresentamos o liberalismo, o neoliberalismo e os impactos na educação pública; na segunda, desmascaramos o movimento Todos Pela Educação; na terceira, ressaltamos a legalidade da subversão docente; na quarta, discutimos a escola e a formação humana (educação crítica); na quinta, o foco é a educação escolar na perspectiva Adorniana: a resistência contra a barbárie; e na sexta, vídeos, eventos, páginas de redes sociais e grupos de estudos para o aprofundamento das temáticas, ou seja, saiba mais. Outras características do material: traz imagens e elementos artísticos para auxiliar na compreensão dos conteúdos estudados, pode ser estudado individualmente ou em grupo, no formato digital ou impresso, no todo ou em partes e como extensão da dissertação por nós elaborada, que teve como objeto de estudo os impactos das políticas públicas neoliberais na educação municipal (de Jacarezinho, estado do Paraná) (Duarte Filho, 2025). Defendemos que os espaços de formação continuada de professores sejam democráticos, que haja debates, discussões e construção de uma outra educação, crítica e de qualidade, e que essa qualidade seja desfrutada pela totalidade das pessoas, conduzindo-as para a humanização e para a emancipação do pensamento.

Bons Estudos!

# SUMÁRIO

<b>1 - Liberalismo e Neoliberalismo .....</b>	<b>6</b>
<b>1.1 - Gerencialismo .....</b>	<b>8</b>
<b>1.2 - A entrega da gestão e o empresariamento da educação pública .....</b>	<b>10</b>
<b>2 - A farsa do Todos Pela Educação .....</b>	<b>17</b>
<b>3 - A legalidade da subversão docente .....</b>	<b>25</b>
<b>4 - A escola e a formação humana: educação crítica .....</b>	<b>28</b>
<b>5 - Educação escolar na perspectiva Adorniana: resistência contra a barbárie .....</b>	<b>41</b>
<b>6 - Saiba Mais .....</b>	<b>46</b>
<b>7 - Referências .....</b>	<b>48</b>

## Sobre os autores

### **Anésio José Duarte Filho**

Professor Especialista de Educação Física Escolar nas redes públicas municipais de Jacarezinho PR e Ourinhos SP. Mestrando no Programa de Pós Graduação em Educação Mestrado Profissional em Educação Básica da Universidade Estadual do Norte do Paraná (PPEd/UENP), Campus Jacarezinho.

Endereço eletrônico: [anesio\\_duarte@yahoo.com.br](mailto:anesio_duarte@yahoo.com.br)

### **Marisa Noda**

Professora Doutora do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Profissional em Educação Básica da Universidade Estadual do Norte do Paraná (PPEd/UENP), Campus Jacarezinho.

Endereço eletrônico: [mnode@uenp.edu.br](mailto:mnode@uenp.edu.br)

# 1 - Liberalismo e Neoliberalismo

Começamos pelo liberalismo. Guerreiro (2022a) destaca que o liberalismo surgiu na metade do século XVI e alguns de seus representantes são: na área política, John Locke (1632-1704), filósofo inglês tido como o “pai do liberalismo”, que defende a liberdade, a mínima intervenção do Estado e a defesa da propriedade como produto do trabalho individual; Charles-Louis de Secondat (1689-1755), conhecido como Montesquieu, que propôs a teoria da separação dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), impedindo a existência de um poder absoluto.

Na área econômica, Adam Smith (1723-1790), que radicaliza ao defender que o Estado não deve intervir, evitando, assim, restringir a liberdade individual. Nesse contexto, a economia passaria a ser a referência para a busca do bem comum; mas tudo dependeria do interesse. Por exemplo: “[...] se for do interesse privado reduzir a desigualdade, matar a fome ou alfabetizar, se isso for economicamente relevante, tais demandas poderiam ser atendidas” (Guerreiro, 2022a, p. 11).

No início do século XIX, surge o liberalismo Keynesiano, de John Maynard Keynes (1883-1946), dando origem ao “Estado de Bem-Estar”, em consonância com a social democracia. Logo após o final da Segunda

Guerra Mundial (1945), esse novo modelo de Estado viveu uma época de ouro, que durou até a década de 1970 (Saviani, 2019).

A partir daí, entra em cena o neoliberalismo socioeconômico e político, tendo como um de seus principais representantes Friedrich Hayek (1899-1992), que ganha prestígio acadêmico com o prêmio Nobel de economia conquistado em 1974. Da academia para a política. Politicamente, Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, foram duas das principais lideranças. Assim, o neoliberalismo vira referência de governança e acaba disseminado pela América Latina, que ocorreu por meio do “Consenso de Washington”, evento realizado no final de década de 1980 (Saviani, 2019). Chegou ao Brasil na década de 1990. Guerreiro (2022b) afirma que o neoliberalismo não substituiu o liberalismo, apenas atualizou o discurso. Na prática, ambos coexistem e se relacionam. Para além de uma ideologia, ele (o neoliberalismo) também impulsiona ações, ou seja, trata-se de uma doutrina teórico-prática. Nesse cenário, os ataques aos direitos são constantes.

Bedin (1998) considera que o neoliberalismo se opõe aos direitos dos “homens” (expressão utilizada pelo autor) e, por defenderem um Estado mínimo, isto

afeta diretamente os direitos sociais, como a educação, o trabalho e a saúde, já que, para sua efetivação, tais direitos dependem do Estado.

A dobradinha liberalismo/neoliberalismo tem raízes autoritárias. Em que pese fazerem política, ocuparem estrategicamente cargos importantes em direções governamentais, a meta dos neoliberais é a “despolitização da sociedade, que pode se realizar tanto pelo desmonte de mecanismos de participação e negociação, como pela retirada de garantias e direitos” (Chamayou, 2020, p. 10). Transformam a política num monstro. Despolitizar para não ter opositores, deixar o caminho livre para suas investidas.

O resultado já é sentido: no segundo turno das eleições de 2024, por exemplo, quase 10 milhões de eleitores deixaram de comparecer para votar, aproximadamente, 30% do total. Um percentual significativo que poderia mudar o resultado de uma eleição. Observa-se um movimento crescente de abstenção a cada eleição. 2024 só fica atrás do período da pandemia da Covid-19<sup>1</sup>.

Aqui, uma pausa para refletirmos um pouco sobre os direitos, de maneira geral e, em especial, sobre os direitos sociais.

## **“SABEM DO QUE SÃO FEITOS OS DIREITOS, MEUS JOVENS?”<sup>2</sup>**

*Publicação da juíza federal Raquel Domingues do Amaral, em 29 05 2017.*

*“Sentem o seu cheiro? Os direitos são feitos de suor, de sangue, de carne humana apodrecida nos campos de batalha, queimada em fogueiras! Quando abro a Constituição no artigo quinto, além dos signos, dos enunciados vertidos em linguagem jurídica, sinto cheiro de sangue velho! Vejo cabeças rolando de guilhotinas, jovens mutilados, mulheres ardendo nas chamas das fogueiras! Ouço o grito enlouquecido dos empalados. Deparo-me com crianças famintas, enrijecidas por invernos rigorosos, falecidas às portas das fábricas com os estômagos vazios! Sufoco-me nas chaminés dos Campos de concentração, expelindo cinzas humanas! Vejo africanos convulsionando nos porões dos navios negreiros. Ouço o gemido das mulheres indígenas violentadas. Os direitos são feitos de fluido vital! Pra se fazer o direito mais elementar, a liberdade, gastou-se séculos e milhares de vidas foram tragadas, foram moídas na máquina de se fazer direitos, a revolução! Tu achavas que os direitos foram feitos pelos janotas que têm assento nos parlamentos e tribunais? Engana-te! O direito é feito com a carne do povo! Quando se revoga um direito, desperdiça-*

*se milhares de vidas... Os governantes que usurpam direitos, como abutres, alimentam-se dos restos mortais de todos aqueles que morreram para se converterem em direitos! Quando se concretiza um direito, meus jovens, eterniza-se essas milhares vidas! Quando concretizamos direitos, damos um sentido à tragédia humana e à nossa própria existência! O direito e a arte são as únicas evidências de que a odisséia terrena teve algum significado!”*

### 1.1 - Gerencialismo

O Estado brasileiro neoliberal começa a pôr em prática as suas reformas. Em 1995, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), conduziu a reforma gerencial, introduzindo na gestão pública brasileira uma maneira privada de administrar (Bresser-Pereira, 2014). Todos os presidentes seguintes de alguma forma deram continuidade, inclusive Luiz Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff (ambos do Partido dos Trabalhadores – PT).

Com a reforma, surge, entre outras coisas, a ideia de os direitos sociais serem prestados como serviços, abrindo caminhos para o setor privado. Duas linhas são admitidas: 1. a gestão pública passa a se basear no gerencialismo, inclusive a educação; 2. a privatização do

Estado começa a ganhar força. No liberalismo/neoliberalismo os serviços educacionais:

“

Poderiam ser prestados por empresas privadas, com fins lucrativos, ou por organizações sem fins lucrativos. O papel do governo se limitaria a garantir que todas as escolas atendessem a certos padrões mínimos, como inclusão de conteúdo comum básico em seus programas, da mesma maneira que hoje inspeciona restaurantes para garantir a observância de certos requisitos mínimos de higiene (Friedman, 2014, p. 94)

Outros dois elementos introduzidos pelo gerencialismo são: eficiência e produtividade (Laval, 2004), numa lógica de contradição: fazer mais com menos recursos, característica do ideário neoliberal. Os servidores públicos estáveis, tidos como privilegiados, viram alvo da reforma, principalmente os professores, e a educação pública vai se consolidando no campo econômico. Este é o pensamento do liberal Milton Friedman (1912-2006) (2014, p. 97) para os professores e seus salários.

“

[...] benefício não menos importante seria sujeitar os salários dos professores às forças de mercado, oferecendo às autoridades públicas padrão independente para avaliar as escalas salariais com base nos valores

de mercado e para promover ajustes mais rápidos às mudanças nas condições de oferta e demanda.

Com esse cenário, não haveria qualquer possibilidade de um piso salarial para o magistério, as referências viriam do próprio mercado, da demanda, da oferta e da procura; a intenção dos neoliberais é pagar salários menores aos trabalhadores, em alguns casos, nem salário, como acontece com os úberes. Aos poucos, os direitos vêm sendo suprimidos. As reformas realizadas nos anos 2000: Trabalhista e Previdenciária, evidenciam isso.

O projeto dos dominantes conta com o apoio da mídia em geral; as discussões políticas são conduzidas pela televisão e por redes sociais, numa mensagem sob medida, encomendada, superficial. Para muitas pessoas, esses são os únicos meios para se informar sobre os acontecimentos políticos, econômicos e sociais (Borón, 2000). Há um direcionamento da opinião pública. Florestan Fernandes assim entende:

“

Os narradores e os jornalistas têm de obedecer a uma standardização no modo de falar, de tecer comentários, de evitar as contradições chocantes, de atrair interesse e curiosidade desideologizando a linguagem, de vestir-se, de tomar um tom de oráculo

e impositivo ao focalizar o rotineiro pela superfície, de simular que atrás de cada relato existe uma permanente “descoberta jornalística” em processo etc. Há uma alta qualidade invariável na comunicação com o ouvinte. Porém, penetra-se no mundo mental da plastificação cuidadosa e bem-servida – não na área do pensamento inquiridor ou criativo, que ajude alguém a evadir-se de si mesmo e planar no universo subjetivo da fantasia e dos confrontos ardentes. Tudo isso obriga a constatar-se que o padrão Globo de qualidade não rebaixa o jornalismo televisivo. Todavia, contém dentro de si, oculto, o veneno do conformismo, como produto acabado e como relação dos receptores com os processos mentais em que se veem imersos pela linguagem (Fernandes, 1990, p. 54-55).

Para os capitalistas neoliberais, a educação está em crise, a escola está em crise, sempre em crise; identificam problemas em relação à gestão, tanto da educação quanto das escolas, e em relação à atuação docente. Para a solução da crise de gestão, o caminho seria transformar o funcionamento das escolas públicas, que passariam a ter como parâmetro as empresas, ou seja, um empresariamento da educação e da escola públicas; já em relação à solução da crise da atuação docente, formação ajustada a um novo modelo (Gentili, 1996).

Gentili (1996, p. 28) apresenta o que seria um exemplo dentro da visão de mundo dos hegemônicos na comparação empresa e escola: “A mcdonaldização da escola”, representando uma “modernização” na política educacional. Ambos, McDonald e escola, prestam serviços fundamentais: o primeiro, alimentação; o segundo, socialização escolar; produzem “produtos”. A atividade empresarial é tida como exitosa.

Nesse contexto, a formação de professores precisa mudar, afinal, “formar um professor não costuma ser considerada uma tarefa mais complexa do que a de treinar um preparador de hambúrgueres” (Gentili, 1996, p. 35). Dessa forma, ela adquire características de um mero treinamento ou “capacitação”, expressão que vez por outra é utilizada nos cotidianos das redes de educação.

Ao longo das últimas três décadas, a educação neoliberal foi se atualizando e avançando, fazendo reformas e incorporando novas formas de dominação. Hoje, a mcdonaldização está, por exemplo, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), fruto da política hegemônica capitalista/neoliberal/empresarial.

## **1.2 - A entrega da gestão e o empresariamento da educação pública**

O capítulo atual do neoliberalismo iniciou-se no pós crise econômica de 2008; a partir daí, um ataque dos empresários sobre a educação. De olho no dinheiro público para reestabelecer sua saúde financeira, contando com a anuência dos governos e grupos políticos, que vêm fazendo a entrega da educação para capitalistas, desencadeou-se “[...] um crescimento do rol de comercialização de novos tipos de mercadorias e serviços educacionais, incluindo livros, cartilhas, sistemas de ensino, plataformas de trabalho” (Mordente, 2023, p. 54).

Aqui, três constatações: 1. os governos estão comprando (muitas vezes, sem consultar os docentes, compram materiais que não são prioridades na escola); 2. relação de proximidade entre empresários e políticos, numa verdadeira via de mão dupla, e 3. a propaganda de os materiais pedagógicos estarem de acordo com a BNCC, quando na verdade é o contrário, a BNCC é que foi desenvolvida com base na vontade do empresariado educacional. Na sequência, destacamos exemplos dessas investidas empresariais Brasil afora. É uma política global.

Em Jacarezinho, o ano de 2022 representou um avanço neoliberal sobre a gestão da educação pública municipal com a aprovação de 2 leis: 1. Lei nº 4.193, programa “Adote Uma Escola”, e a Lei nº 4.214, que autorizou o município a aderir ao Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná (CIEDEPAR), juntando-se a outros 84, entre eles: Santo Antônio da Platina, Andirá, Santa Mariana e Cornélio Procópio, todos próximos a Jacarezinho. Tais municípios estão sujeitos aos mesmos comandos.

Com a primeira lei, o governo municipal foi autorizado a “abandonar” suas escolas e entregá-las para adoção de pessoas físicas e jurídicas, numa ameaça à autonomia dessas instituições. Além disso, se uma choperia, um motel ou uma empresa tabagista adotasse uma escola municipal, seria ético/compatível? Podendo ainda fazer publicidade. Certamente, não daria para defender tais parcerias, por envolver menores de idade.

O Consórcio nada mais é do que uma organização privada, que tem como meta disseminar a gestão empresarial/gerencial/neoliberal aos municípios consorciados. Na perspectiva gramsciana, é um Aparelho Privado de Hegemonia (APH). Por parte dos Poderes Públicos, Prefeito e Vereadores cumprem a função de intelectuais orgânicos, dando respaldo às mudanças apresentadas pelo Consórcio (Farias, 2022).

A organização tem como atual presidente Airton Agnolin<sup>3</sup> (Partido Democrático Trabalhista - PDT), prefeito de Nova Cantu (2025-2028); vice-presidente é Renan Romanichen (Partido Socialista Democrático – PSD), prefeito de Cândido de Abreu (2025-2028). Ambos ocuparão esses cargos no biênio 2025-2026. Ou seja, o Consórcio é dirigido politicamente, ideologicamente.

O CIEDEPAR não só colabora com a gestão, ele, na verdade, toma para si a gestão, a Secretaria de Educação fica com a tarefa de executar os comandos vindos do Consórcio. Nesse cenário, as reformas educacionais logo são iniciadas, as leis vão sendo substituídas por novas leis e onde faltava regulamentação, tratam de fazê-lo. Em 2023, as determinações do CIEDEPAR começam a impactar a Escolha de Diretores das Escolas Municipais (Lei nº 4.308/2023) e a vida de professoras e professores: Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (Lei nº 4.421/2023).

A gestão “democrática” institucionalizada é uma ilusão, gestão democrática é construção coletiva e deve vir da comunidade escolar, de baixo para cima, não de cima para baixo. Na prática, diretoras e diretores não terão autonomia; mesmo escolhidos pelas comunidades escolares, haverá um controle sobre suas atividades, sob as determinações do CIEDEPAR e fiscalização da SMECE. Há, inclusive, a obrigatoriedade de participação desses diretores no curso de formação

organizado pelo Consórcio. Precisamos de um outro modelo, construído coletivamente com a gestão da educação, com o CME/Jacarezinho, com a categoria do magistério e com a Associação dos Professores do Paraná (APP/Sindicato) (Duarte Filho, 2025).

Em relação à carreira docente, três preocupações: a abertura para a contratação de professores por contratos temporários precários, a lei não dava essa opção, a tendência é escassearem-se os concursos públicos; a avaliação de desempenho, que soa como uma ameaça; e a falsa valorização dos profissionais do magistério, a carreira interminável (mais de 40 anos para se atingir o topo) e a “legalização” do descumprimento do piso do magistério ancorada na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), limites de gastos com a folha de pagamento (Duarte Filho, 2025).

A precarização das carreiras do magistério e o próprio fim das carreiras já estão se espalhando por todo o país: no geral, em toda a educação pública brasileira no ano de 2023, os contratados já representavam: 51,6%, eram a maioria; na rede estadual de Santa Catarina<sup>4</sup>, no mesmo período, esse percentual chegou a casa dos 71% dos professores contratados.

A notícia na página do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical) destaca

que esses professores não têm estabilidade, progressão em carreira, plano de saúde e licença prêmio; a contagem de dias/anos trabalhados sofre impactos: os dias e meses sem contrato não são contados para nada, principalmente para a aposentadoria. Um absurdo!

Laval (2004, p. 260) nos alerta que “por trás das grandes palavras, é sempre preciso considerar as verdadeiras jogadas do poder [...] as estratégias dos ‘atores’, em particular da alta administração”. Os documentos trazem intenções explícitas e implícitas, por isso é importante conhecê-los para além das aparências. As reformas implantadas na educação municipal de Jacarezinho são fruto das políticas neoliberais para a educação.

Shiroma e Santos (2014) destacam os *slogans* (discursos) mais praticados no neoliberalismo, entre eles: a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática, exatamente como vem ocorrendo em Jacarezinho e em muitos outros lugares, afinal, essa política é mundial.

Em 10 de maio de 2024, a prefeitura Municipal de Ourinhos, estado de São Paulo (SP), na figura do Secretário de Educação Lucas Suzuki, firmou uma parceria (com dispensa de licitação) - termo de colaboração nº 15/2024<sup>5</sup> - com o Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino (IGEVE)<sup>6</sup>, para realizar uma gestão compartilhada,

serviços operacionais (não pedagógicos) ligados às Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs).

Quem é o IGEVE? Fundado em 2017, é uma pessoa jurídica de direito privado (particular), sem fins lucrativos, sediada em Campinas (SP), tida como uma Organização da Sociedade Civil (OSC); “tem por objetivo promover uma gestão pedagógica e/ou operacional de equipamentos educacionais, subsidiando a formação, implantação e execução de políticas públicas”. O Instituto vive de parcerias com o Estado (Entes da Federação). Nos seus documentos, a presença marcante do vocabulário neoliberal/gerencial/empresarial: educação de qualidade, equidade (no direito) e metodologias pedagógicas inovadoras.

Muitas contradições. Apesar de o termo de parceria limitar as ações do Instituto a “serviços operacionais”, questões pedagógicas aparecem ao longo do termo. A cláusula terceira, formas e cronograma de execução das atividades, no item 3.1.2, descreve atividades pedagógicas: c. formação de professores - a OSC deverá propiciar programas de formação continuada dos profissionais da educação; em relação a recursos humanos necessários (3.1.3), profissionais como professores de educação infantil, auxiliares de educação infantil e psicopedagogos serão contratados (3.1.3.1); a proposta pedagógica (3.1.4) está alinhada

com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

A essência dessa parceria é uma terceirização. A partir disso, contratações precárias de trabalhadores da educação deverão ocorrer; isso é valorizar o ensino? Em que pese a OSC não ter fins lucrativos, a quantia de dinheiro repassada ao Instituto poderá chegar a R\$ 27.892.177,68 (vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e dois mil, cento e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos) por um contrato de 12 (doze) meses. Uma parceria milionária.

Questões provocativas para alimentar o debate educacional numa perspectiva crítica: o que faria uma Organização sem fins lucrativos se deslocar de Campinas (SP) a Ourinhos (SP) para prestar serviços operacionais educacionais que não fosse a questão econômica? O que são serviços operacionais? A gestão do prefeito Lucas Pokay (Partido Social Democrático - PSD / 2021-2024) não deu conta de administrar a educação infantil? Por que tanto dinheiro público repassado a uma organização privada? Optou-se pela política do entreguismo? Vai ficar só na Educação Infantil? Agora, o Prefeito é Guilherme Gonçalves<sup>7</sup> (Podemos - PODE / 2025-2028), que mal entrou e já foi eleito presidente da União dos Municípios da Média Sorocabana (UMMES), consórcio intermunicipal do estado de São Paulo. Vejamos como será o mandato do novo prefeito.

Em dezembro de 2024, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, determinou o bloqueio de repasses de emendas parlamentares para Organizações Não Governamentais (ONGs) por falta de transparência e prestação de contas<sup>8</sup>. Num universo de centenas de instituições, 26 foram escolhidas aleatoriamente, destas, apenas 4 eram transparentes.

Mesmo após o prazo dado pelo ministro para a correção das informações, algumas delas não fizeram a prestação de contas. Entre elas, a Associação Morιά, que tem entre as suas ações a colaboração na busca por “educação de qualidade”. Essa investigação evidencia a necessidade de um “pente fino” nas Organizações da Sociedade Civil (OSC), com ou sem fins lucrativos, que recebem dinheiro público.

Catini e Mello (2024) analisaram o fato de as construções de novas escolas estaduais paulistas terem sido leiloadas na bolsa de valores. Nesse cenário, a educação pública fica à serviço do poder econômico, gerando lucros e dividendos a empresários, investidores e especuladores.

“

O leilão das novas escolas foi dividido em dois lotes: o primeiro prevê a construção de 17 novas escolas estaduais, e o segundo de 16, ambos em um prazo de 18 meses. Além disso, as empresas licitantes ganham o

direito de oferecer os serviços de manutenção, limpeza, vigilância e alimentação nas escolas por um período de 23 anos e meio (totalizando 25 anos) (Catini; Mello, 2024, n.p).

Para além do objeto licitado, as empresas vencedoras ganharam um belo aditivo, a prestação de serviços de manutenção dessas escolas por mais de duas décadas. A previsão é que os contratos custem aos cofres públicos cerca de R\$ 3,38 bilhões de reais. “[...] Esse caminho passa por uma rapinagem histórica das gangues empresariais aos cofres estatais, com a transferência de recursos cada vez mais vultosos diretamente para as contas daquelas corporações” (Catini; Mello, 2024, n.p).

As Parcerias Público-Privadas (PPP) impactam os direitos sociais e reproduzem a sociedade capitalista no âmbito da educação. O fato é que a escola pública já vem sendo administrada como se fosse uma empresa há algum tempo; os empresários vêm direcionando a educação estatal por meio das reformas educacionais e das políticas públicas.

“

Com o controle empresarial, a juventude trabalhadora tende a ser submetida, em tempo integral, a uma educação destituída de pensamento crítico, de conhecimentos e de cultura, mas preenchida de atividades plataformizadas, gameficadas, de simulação de trabalho e empreendedorismo (Catini; Mello, 2024, n.p).

Afinal, que educação queremos: centrada no lucro ou na formação humana? Que educação estamos proporcionando aos nossos jovens? É preciso muita reflexão sobre isso; se nós, professoras e professores, temos escolha, os alunos, não, ficam com o que a escola lhes oferece.

No estado do Paraná, outra dura realidade. Os Governos de Ratinho Júnior (Partido Social Democrático – PSD / 2019-2022, 2023-2026) vêm intensificando o processo de empresariamento, de entrega da gestão; a intenção é espalhar esse modelo para a maioria das escolas e colégios da rede estadual. A estratégia é fazer ampla propaganda, convencer as pessoas e, assim, conquistar democraticamente o “sim” das comunidades escolares. Em dezembro de 2024, houve uma consulta, o “Programa Parceiro da Escola” (Lei nº 22.006/2024) foi rejeitado por 88%<sup>9</sup> das instituições escolares onde houve a consulta. Mesmo com a derrota avassaladora, a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR) ameaçou implantar as gestões privadas, num ato de desrespeito ao poder decisório dessas comunidades escolares.

Por aqui, quem vem resistindo e lutando para que isso não aconteça é a Associação dos Professores do Paraná (APP-Sindicato). Para tanto, ela vem realizando formações, vídeos, textos e campanhas para alertar a sociedade em geral dos riscos que essa prática representa para a autonomia das escolas e colégios; uma delas é: “Não Venda a Minha Escola”<sup>10</sup>. No desenrolar da campanha, uma peça de teatro sobre o tema foi produzida para denunciar essas maldades: “Escol(h)a Pública”<sup>11</sup>. A APP-Sindicato é uma organização de resistência, da contra-hegemonia, precisamos muito dela.



Além da APP, deputados estaduais do Partido dos Trabalhadores (PT) vêm fazendo oposição, nomes como: Professor Lemos e Ana Júlia. O tema também tem movimentado o Tribunal de Contas do Paraná (TCE), o Ministério Público (MP/PR)<sup>12</sup> e o Poder Judiciário (TJ/PR). A queda de braço continua, a todo instante um novo capítulo. No dia 7 de fevereiro de 2025, o MP/PR considerou o Programa inconstitucional. Vejamos quais as consequências disso.

Uma questão importante: toda essa movimentação em torno da gestão escolar pode ser considerada privatização? Freitas (2018) considera que sim; mesmo as variadas formas de transferência da responsabilidade dos Governos para particulares – parceiro da escola, adote uma escola, terceirização – tudo isso pode sim ser considerado privatização: “não existe meia privatização [...] uma vez iniciado o processo, coloca-se a escola a caminho da privatização plena da educação [...]” (Freitas, 2018, p. 50-51). Independentemente da estratégia, o objetivo é retirar do Estado a obrigação de fazer. Por meio da arte, sintetizamos.

## Prefeito

(Anésio José Duarte Filho / Orientação: Marisa Noda)

*Prefeito, que história é essa*

*A quem interessa*

*A entrega da gestão?*

*O senhor logo logo vai sair*

*E por isso mesmo*

*Não devia fazer isso não*

*Foram anos sem se preocupar com a educação*

*E agora alega isso para justificar*

*Essa quase privatização*

*Eu me lembro muito bem*

*No tempo da eleição*

*O senhor prometeu valorizar*

*A docência e o ensinar*

*Mas não foi bem assim*

*Gastou, gastou, gastou*

*Inverteu meios e fins*

1 - Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/teo-cury/eleicoes/abstencao-e-a-segunda-maior-e-so-perde-para-eleicao-na-pandemia/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

2 - Disponível em: <https://ajufems.com.br/noticias/sabem-do-que-sao-feitos-os-direitos-meus-jovens-45>. Acesso em: 17 jan. 2025.

3 - Disponível em: <https://ciodepar.com.br/noticia/eleicoes-do-ciodepar-2025-airton-agnolin-e-eleito-presidente-com-renan-romanichen-como-vice-2025-01-03>. Acesso em: 22 fev. 2025.

4 - Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2024/11/14/sc-tem-71-dos-professores-em-contratos-temporarios-na-rede-estadual/#:~:text=O%20Anu%C3%A1rio%20Brasileiro%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o,brasileira%20de%2051%2C6%25>. Acesso em: 01 fev. 2025.

5 - Disponível em: <https://igeve.org/wp-content/uploads/2024/09/TERMO-DE-COLABORACAO-No-15-2024-ASSINADO.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2025.

6 - Disponível em: <https://igeve.org>. Acesso em: 03 fev. 2025.

7 - Disponível em: <https://www.ourinhos.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/9090/prefeito-guilherme-goncalves-e-eleito-presidente-da-ummes/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

8 - Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/dino-bloqueia-repasse-de-emendas-para-ongs-e-pede-resposta-de-ministerios/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

9 - Disponível em: <https://maringapost.com.br/destaque/2024/12/10/consulta-publica-no-parana-mostra-88-de-rejeicao-ao-programa-parceiro-da-escola/#:~:text=DestaqueEduca%C3%A7%C3%A3oParan%C3%A1-,Consulta%20p%C3%BAblica%20no%20Paran%C3%A1%20mostra%2088%25%20de%20rejei%C3%A7%C3%A3o%20ao%20programa,88%25%20de%20rejei%C3%A7%C3%A3o%20ao%20programa>. Acesso em: 03 fev. 2025.

10 - Disponível em: <https://appsindicato.org.br/naovendaminhaescola/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

11 - Disponível em: <https://appsindicato.org.br/peca-de-teatro-escolha-publica-convida-a-reflexao-sobre-a-privatizacao-da-educacao/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

12 - Disponível em: <https://www.correioidolitoral.com/ministerio-publico-do-parana-considera-parceiro-da-escola-inconstitucional/87132>. Acesso em: 9 fev. 2025.

## 2 - A farsa do Todos Pela Educação

A participação do Brasil na conferência de Jomtien em 1990, evento organizado pelo Banco Mundial (BM), fez com que o país adotasse compromissos educacionais e incentivasse a participação dos empresários no campo da educação, num cenário de neoliberalismo (Lamosa, 2020).

Como consequência, em 1993, é implantada a década da educação (1993-2003): “Educação para Todos”. Terminada a tal década, “o slogan inicial ‘Educação para Todos’ dá lugar, a partir de 2006, ao ‘Todos Pela Educação’” (Cavalcanti, 2020, p. 84), no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2006) (Partido dos Trabalhadores – PT). Ou seja, a criação do Movimento Todos Pela Educação (TPE) é resultante de “múltiplas determinações” e sua atuação, em comparação com seus discursos, apresenta contradições (Marx, 1978, p. 116).

O Todos Pela Educação é uma pessoa jurídica de direito privado; mas o que significa isso? Tartuce (2015, p. 130-131) assim define: “pessoas jurídicas, denominadas pessoas coletivas, morais, fictícias ou abstratas, podem ser conceituadas como sendo conjuntos de pessoas ou de bens arrecadados [...]”; quais organizações se encaixam nesse perfil? Associações, sociedades, fundações particulares,

organizações religiosas, partidos políticos e empresas individuais de responsabilidade limitada (Tartuce, 2015). São organizações privadas, com ou sem fins lucrativos.

O Movimento nasceu com o reconhecimento do Ministério da Educação (MEC), inclusive tendo entre os seus fundadores e organizadores o então Ministro da Educação Fernando Haddad. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (Brasil, 2007) foi batizado por Haddad como Compromisso Todos Pela Educação, pavimentando o caminho para o conglomerado empresarial implantar o seu projeto de educação, que passou a ser a principal medida educacional dos governos petistas (Evangelista; Leher, 2012).

A partir daí, o TPE se transforma num braço do Estado brasileiro na formulação, proposição e implementação de políticas públicas educacionais, seus membros têm trânsito livre no Ministério da Educação (MEC) e no Conselho Nacional de Educação (CNE). Desta forma o conglomerado empresarial está composto:



conta com 32 organizações associadas divididas entre mantenedores e parceiros. São 14 sócios mantenedores: Fundação Educar DPaschoal, Fundação Bradesco, Funda-

ção Itaú Social, Fundação Telefônica, Gerdau, Instituto Unibanco, Banco Itaú BBA, Banco Santander, Suzano, Fundação Lemann, Instituto Península, Fundação Vale, Instituto Natura e Instituto Samuel Klein. Entre os parceiros do Todos Pela Educação estão: Grupo ABC, Rede Globo, Editora Moderna, Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna, Friends Audio, Fundação Victor Civita, McKinsey Brazil, Microsoft, Instituto Paulo Montenegro, Banco HSBC, Canal Futura, Editora Saraiva, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Patri - Políticas Públicas -, Luzio e Itaú Cultural (Lamosa, 2020, p. 15).

Lamosa (2020) destaca a atuação do TPE, de seus integrantes e parceiros, juntos ou individualmente, em prol de frações da sociedade, ou seja, não se trata de uma representatividade da coletividade da população, mas sim de um percentual pequeno de pessoas: os empresários, os grandes capitalistas, os burgueses. Nada mais do que um partido pró-capital, o “partido do capital” (Lamosa, 2020, p. 7). O próprio nome traz imprecisão e dá força à tese defendida pelo autor.

De acordo com o dicionário online de português<sup>13</sup>, a palavra “todos” se refere a: “conjunto de coisas ou pessoas não especificadas nem determinadas [...]”; gramaticalmente, é um artigo indefinido plural. “Todos” tem sentido vago, não especificado, é da mesma fa-

mília gramatical das palavras alguns, alguém, poucos, ninguém.

Uma coisa é certa: esse grupo empresarial é hegemônico, hegemonia que tem origem na economia (em função da organização social ser capitalista) e se espalha por todos os campos das relações sociais; ela assim pode ser caracterizada: “uma tese é hegemônica quando é facilmente aceita e justificada, sem muitos esforços, fazendo convergir para si o apoio da mídia, [...] políticos [...] e educadores” (Freitas, 2018, p. 125), resultando na formação do senso comum.

Podemos identificar esse apoio da mídia, por exemplo, nas discussões dos canais de televisão sobre educação escolar em que os convidados são todos ligados a essas instituições privadas. Ora é o Todos Pela Educação, representado na figura da sua presidente executiva Priscila Cruz, ora é o Instituto Ayrton Senna (IAS), Viviane Senna. Claudia Costin (ex-integrante do Banco Mundial) é outra presença certa nesse revezamento. Ignoram pensadores e pesquisadores críticos autoridades no assunto que não compactuam com essa educação.

O TPE se auto define como um projeto de nação e encontra na educação pública brasileira o caminho para concretizar esse projeto (Todos Pela Educação, 2009). Em que pese se apresentar como apartidário e,

supostamente, neutro, de cara identificamos uma contradição: não se é possível construir uma nação aleatoriamente sem defender ideias e apontar caminhos; se há um projeto, há uma metodologia e estratégias para alcançar o que buscam.

Tendo como parceiros organismos internacionais neoliberais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (REDUCA) (Lamosa, 2020), integra um movimento que visa disseminar o neoliberalismo pela América Latina. Fortalecidos, a REDUCA representa a união de grupos empresariais de países diversos e a confirmação de que há um “Todos Pela Educação” em cada país (cada um com seu nome).

O TPE exalta a participação do empresariado na educação como se estivessem dando exemplo de comprometimento. Seria uma iniciativa desinteressada? A resposta é negativa. Em primeiro lugar, essa participação é propagandeada como filantropia, mas no fundo se trata de uma solidariedade que visa substituir a obrigação legal do Estado quanto aos direitos sociais (Rissi, 2021), que passariam a ser prestados como serviços; além disso, “o Estado fornece a essas organizações crédito fácil, isenção fiscal, facilidades legais, destina recursos financeiros, materiais e humanos” (Shiroma; Santos, 2014, p. 225).

É como se fosse uma alteração num time de futebol: sai o Estado, entra o empresariado.

Quem é entusiasta dessa substituição do Estado por Instituições privadas da Sociedade Civil é o apresentador Luciano Huck, do programa Domingão do Huck. Somente no mês de fevereiro deste ano (2025), em três domingos consecutivos ele acolheu e promoveu três dessas organizações no quadro *The Wall* (a parede): dia 2, “Zoé - medicina ribeirinha”<sup>13</sup>, estado do Pará; dia 9, “Centro de Reabilitação e Valorização da Criança (CERVAC) - regando inclusão”<sup>14</sup>, Pernambuco, e no dia 16, “Associação Amigos da Tia Edna (AATE)”<sup>15</sup>, Capão Redondo, São Paulo. Não se trata de uma atitude isolada, há conexões com a hegemonia; ao agir assim, Huck precariza a relação do cidadão com o Estado, já que este é quem deve agir. Todos devem se ajudar, mas não nessas condições.

Nessa linha, Mordente (2023, p. 206) acrescenta:

“ [...] Tendo em vista seus patrocinadores e alianças, o lucro é, sem dúvida, um motivador central para tais entidades privadas [...] a organização de práticas culturais, publicidade, patrocínio de eventos, produção de conteúdo e outras formas de engajamento, produzem percepções e normas sociais. Através destes meios, as entidades privadas podem ‘educar’ o público de acordo com uma determinada visão de mundo que, em última análise, serve

aos seus próprios fins. Evidencia-se, assim, o controle da educação enquanto uma poderosa ferramenta de dominação.

Martins (2023, p. 47) questiona: quais são os seus pilares e como conseguem convencer as pessoas de que se trata de uma necessidade para um país imenso como o Brasil? A autora mesma dá a resposta: são as “crises da educação”, envolvendo qualidade, responsabilidade e gerenciamento. Ou seja, o discurso da qualidade da educação é a bandeira do movimento, afinal, quem é que não quer educação de qualidade? (Enguita, 1997).

E como eles chegam a esses dados? Quais instrumentos são utilizados? “[...] A mostra mensurável da ineficiência do Estado e da má qualidade da educação são os índices de reprovação, abandono escolar e baixo desempenho dos estudantes em exames internacionais, como é o caso da Pisa [...]” (Martins, 2023, p. 49). Isto é, não levam em consideração a grande desigualdade social existente no Brasil e os seus impactos na aprendizagem, as condições precárias das escolas, salas lotadas e a falta de recursos pedagógicos. Ainda assim, insistem em transformar a educação em ambiente de competição, focada no desempenho. A qualidade defendida tem a ver mais com quantidade.

Tendo na questão econômica uma “preocupação”, o Todos Pela Educação destaca

que “os recursos desperdiçados com repetência e evasão, que refletem a ineficiência do sistema educacional, poderiam ser gastos no aumento da qualidade e da melhoria das condições do ensino” (Todos Pela Educação, 2006, p. 10). Aqui, concluímos que as reprovas não são bem vistas não por razões educacionais, mas por razões financeiras, “desperdício” de dinheiro; como se uma fábrica tivesse que refazer um de seus produtos, seria um prejuízo para a obtenção de lucro. Por isso é tão difícil reprovar um aluno, ainda que a escola vislumbre e ofereça para ele novos e melhores horizontes no processo ensino-aprendizagem.

E quem são os responsabilizados pela crise na (da) educação? Para os neoliberais e os organismos privados aqui destacados, “[...] desejo de ‘tornar o professor (e a escola) o único responsável’ pela aprendizagem e [...] promover políticas de ‘responsabilização verticalizadas’ como forma de pressioná-lo” (Freitas, 2018, p. 37). Professoras e professores são os responsáveis pelo desempenho da educação pública.

Mais do que uma atuação ideológica, esse movimento empresarial vem implementando suas reformas educacionais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) é exemplo. Em relação à Base, outro organismo privado entrou em cena para centralizar a representatividade: o Movimento Pela Base,

que liderou todos os passos da definição e implantação do documento, além de monitorar sua implementação por todo o país. Características semelhantes ao TPE, são frutos de um mesmo projeto.

Aqui, uma pausa. A arte pede passagem.

## **NEM Todos Pela Educação**

*(Anésio José Duarte Filho / Orientação: Marisa Noda)*

*Educação, direito de todos  
Dever do estado e da família  
É assim que dispõe nossa carta maior  
Escola é lugar de integração /  
conviver, respeitar  
Ganhar e perder, encenar e dançar  
Com liberdade, crescer e sonhar  
Educação, direito de todos  
Dever do estado e da família  
É assim que dispõe nossa carta maior  
Escola é lugar de transformação / aprender,  
humanizar  
Defender a docência, com resistência  
Sem o capital pra organizar  
Não, não, não, não, não*

*Não caia nessa não,  
NEM Todos Pela Educação  
Habilidades e competências  
Não são referências, capitalização*

*Não caia nessa não,  
Nem Todos Pela Educação  
Só o conhecimento liberta  
Desperta emancipação*

## **Sociedade civil empresarial para além do TPE**

Cada uma das organizações privadas ligadas ou não a empresas, com ou sem fins lucrativos, desenvolve ações específicas, as tais frentes móveis (Farias, 2022). A autora aponta que a Fundação Lemann forma lideranças para atuarem na gestão da educação pública. Mezarobba (2017) traz a Fundação Itaú Social, ligado ao banco Itaú, dedicando-se, entre outras coisas, à gestão educacional municipal, incentivando arranjos regionais, como os consórcios intermunicipais. Jacarezinho PR aderiu, em 2022, ao Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná (CIEDEPAR).

Em Santa Cruz do Rio Pardo, estado de São Paulo, fica a sede da *Special Dog Company*. Além de ração para cães e gatos, desde de 2017 a empresa vem oferecendo formação continuada a gestores e professores municipais do referido município.

“

Em primeiro lugar, trata-se de uma parceria tríplice: a empresa privada, a Prefeitura

Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo SP / Secretaria Municipal de Educação e o Instituto Avisa Lá [...] a empresa é uma ponte para o projeto central da educação neoliberal chegar às redes de ensino, especialmente às municipais; quem faz o trabalho é o Instituto, sua especialidade. [...] pelas bases filosóficas / teóricas anunciadas, o aluno como centro do processo ensino-aprendizagem, o professor mediador e a parceria com o Todos Pela Educação, e outras organizações, entendemos, implicitamente, tratar-se de pedagogia(s) hegemônica(s) do “aprender a aprender”, ou ainda, das “competências”, ou mesmo ambas (Duarte Filho; Noda, 2023, p. 5).

No tempo da pandemia da Covid-19, o Instituto Ayrton Senna (IAS) aproveitou para espalhar nas redes municipais do estado de São Paulo as chamadas competências socio-emocionais (Duarte Filho; Noda, 2024). Além de estar a serviço da ideologia capitalista neoliberal, abriu portas para empresas e empresários produzirem e negociarem seus materiais. Foi como um tsunami, na escola não se falava em outra coisa, os municípios adquiriram muitos produtos. Entretanto, a escola não tem condições de fazer esse trabalho,

“ não que as emoções não sejam importantes, pelo contrário, mas a escola não pode assumir mais esse compromisso, até porque pode caracterizar exercício ilegal de outras

áreas do conhecimento, no caso, da Saúde. Parece-nos mais sensato e prudente a Escola ensinar/humanizar e a Saúde, tratar/curar (Duarte Filho; Noda, 2024, p. 4).

Essa atuação empresarial muitas vezes serve para melhorar a imagem de empresas que no dia a dia agredem a natureza, põe em risco a vida de pessoas ou mesmo explora seus trabalhadores. Como exemplo temos a Fundação Vale, ligada à empresa Vale, aquela que destruiu, em 2019, o meio ambiente e a vida de muitas pessoas em Brumadinho, Minas Gerais, a organização se dedica à formação de professores mineiros (Mezarobba, 2017).

Mordente (2024) entende que é preciso desnaturalizar o empresariamento da educação, explicitando os seus efeitos negativos no que tange à negação da ciência e da filosofia, de autonomia crítica e de uma postura solidária. A meta tem que ser desmercantilizar a educação, valorizando-a como um direito fundamental e um elemento essencial para a democracia.

Todos os anos, as escolas municipais de Jacarezinho PR desenvolvem o projeto “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP)<sup>16</sup>, um projeto fruto da parceria entre a prefeitura e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

(organismo privado), que visa desenvolver o pensamento empreendedor nos escolares, ocupando parte do currículo (às vezes, no lugar de aulas de arte, língua portuguesa ou matemática). Em 2024, participaram a educação infantil e o ensino fundamental, anos iniciais.

Pois bem, no fechamento do programa, rola uma feirinha onde cada sala expõe seu trabalho para vendê-lo: enfeites, brinquedos, peças de teatro e/ou comidas. Acontece que, quem tem dinheiro, compra, quem não tem, olha e sente o cheiro. É claro que muitos não tinham dinheiro para participar. É comum ver criança olhando criança comer. Simplesmente, a escola reproduzindo as desigualdades da sociedade capitalista. Sem falar num possível incentivo ao trabalho infantil, algo proibido no Brasil (salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade – artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990), e ao consumismo (comprar sem necessidade). É uma formação vazia, individualista e desumana.

Não bastasse tudo isso, os responsáveis pelo JEPP, Prefeitura de Jacarezinho e Sebrae, premiam<sup>17</sup> os professores que se destacam. Há uma equipe que vai de escola em escola analisando os trabalhos. A velha fórmula neoliberal de tornar a educação competitiva; a velha estratégia de coroar o “mérito”, ludibriando os profissionais do magistério.

Esse projeto é desdobramento das com-

petências e habilidades que hoje são hegemônicas na educação brasileira após a implantação da BNCC (2017). Nada mais do que a formação do sujeito neoliberal via escola pública (principalmente). Quais as consequências para os futuros trabalhadores? “[...] precarização de condições de trabalho e aumento da exploração; diminuição dos direitos dos trabalhadores [...]” (Mordente, 2023, p. 23). A intenção é formar para a conformação, ser explorado e não se perceber nessa condição. Mas a quem interessa isso? Por quê?

“

É interessante e lucrativo para os empregadores que os indivíduos não se reconheçam como trabalhadores, mas como pequenos empresários prestadores de serviços. ‘Classe trabalhadora’ pressupõe direitos, férias, décimo terceiro; a um ‘empresário de si’ (um parceiro ou colaborador) não. Trata-se de uma forma de desresponsabilização do Estado e das empresas pelos direitos dos trabalhadores (Mordente, 2023, p. 125).

Bedin (1998, p. 77) já fazia o alerta: “[...] como muitas vitórias da humanidade possuem algo de provisório, a idéia de que os homens possuem direitos não foge à regra. Por isto deve ser cuidada, reinventada e ampliada [...]”. Ou cuidamos ou estará tudo perdido para a imensa maioria da população. É urgente.

## O verdadeiro Todos Pela Educação

“Crítico a reforma empresarial da educação não supõe, pelo oposto, defender que na escola pública esteja tudo bem. Implica reconhecer que existem alternativas a serem construídas para melhorá-la” (Freitas, 2018, p. 129). No nosso entendimento, essa construção tem que ser coletiva, envolver toda comunidade escolar e estar sempre presente nos horários de estudos e formações docentes. Sem ela, a escola fica refém de interesses e visões de mundo, que impõem à escola uma “qualidade” que, na verdade, representa a qualidade defendida por alguns poucos, que nada têm a ver com as escolas públicas. O verdadeiro todos pela educação tem como líderes, não empresários, mas a comunidade escolar, tem que vir de baixo para cima, não o contrário.

E como organizar a luta, a resistência? Que elementos considerar? A educação não pode permanecer sob a vigilância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, LC nº 101/2000), que limita ações nas políticas públicas e abre caminhos para a privatização em todas as suas formas, pois estas escapam dos limites da referida lei; resistir à privatização, incluindo as concessões e entrega da gestão; valorizar a gestão democrática da educação; lutar pela eliminação de testes pa-

dronizados; diminuição do número de alunos por sala; garantir a diversidade de ideias na educação; resistir a processos de padronização da educação; revogar a BNCC e construir outra; defender o pagamento do piso do magistério (Freitas, 2018).

Enfim, a educação pública deve ter gestão pública, os dinheiros da educação devem ser investidos nas reais demandas das escolas e não serem destinados a empresários e instituições privadas. Precisamos de outra educação, que supere a triste realidade da educação brasileira na atualidade: manutenção do *status quo* social, a sentença perpétua de pobreza para milhões de pessoas, brasileiras e brasileiros.



Nota: HQ elaborada a partir do Programa Canva.

Disponível em: [https://www.canva.com/design/DAGPwbU5KaU/x-BBpjGdhllbvcDs3GL4fA/view?utm\\_content=DAGPwbU5KaU&utm\\_campaign=designshare&utm\\_medium=link2&utm\\_source=uniqueinks&utm\\_id=h08daa45cc8](https://www.canva.com/design/DAGPwbU5KaU/x-BBpjGdhllbvcDs3GL4fA/view?utm_content=DAGPwbU5KaU&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=uniqueinks&utm_id=h08daa45cc8)

13 - Disponível em: <https://entretenimento.portaln10.com.br/todocanal/televisao/domingao-com-huck-02-02-2025-quanto-ganhou-the-wall/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

14 - Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/tv/participantes-do-the-wall-perdem-tudo-no-domingao-e-luciano-huck-resolve-agir-me-comprometo,0b07603f9aaefbec8c2f43007bce32a2e48rb3q2.html>. Acesso em: 19 fev. 2025.

15 - Disponível em: <https://contigo.com.br/noticias/tv/tia-e-sobrinho-que-comandam-ong-conseguem-virada-e-faturam-bolada-no-domingao.phtml>. Acesso em: 19 fev. 2025.

16 - Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/preparacao-pedagogica-de-professores-e-central-jepp,40129e4007fbd710Vgn-VCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 04 fev. 2025.

17 - Disponível em: [https://jlligado.com.br/exibir\\_noticias.php?id=6423](https://jlligado.com.br/exibir_noticias.php?id=6423). Acesso em: 19 fev. 2025

### 3 - A legalidade da subversão docente

Em que pese todo controle que os professores enfrentam atualmente, a subversão não pode ser considerada uma irregularidade, uma ilegalidade, pelo contrário, a própria legislação educacional dá essa possibilidade ao reconhecer a diversidade que envolve os processos educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/1996), no seu artigo 3º, ao tratar dos princípios da educação, considera o “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”. Dessa forma, não há que se falar em pensamento único, seria antidemocrático. Além disso, não há modelo que possa resolver todos os problemas educacionais.

Emir Sader, ao escrever o prefácio do livro de Mészáros (2005), aponta que lutar por uma educação emancipadora é, no fundo, lutar contra o capitalismo e tudo o que ele gera: alienação e intolerância, pois nesse cenário a educação é vista como mercadoria. Tendo como pilares o individualismo, o lucro e a competição, trata-se de uma estrutura incorrigível, que só faz mal à educação escolar, por isso a proposta de uma educação para além do capital (Mészáros, 2005).

Fernandes (1986, p. 119) destaca que o professor é tratado por todos no Brasil como objeto, uma cultura de brutalização: “todos

somos professores. Todos somos, fomos e seremos brutalizados”. Historicamente, o professor é visto como peça chave para atender a interesses. Assim, a formação de professores, no cenário neoliberal, é cuidadosamente preparada nos moldes da “tradição cultural brasileira”.

“

[...] o educador precisa aprender biologia educacional, psicologia educacional, sociologia educacional, administração escolar, educação comparada, didática geral, didática especial e o que se vê são compartimentos, como se isso fosse uma espécie de saleiro. A gente põe um pouco de vinagre, um pouco de azeite, nenhuma matéria que diga respeito à capacitação política do professor, para enfrentar e compreender os seus papéis. O professor, quanto mais inocente sobre essas coisas, será mais acomodável e acomodado (Fernandes, 1986, p. 125).

Sobre neutralidade, Fernandes (1986, p. 128) afirma que não dá para dissociar o papel de professor do papel do cidadão, somos uma só pessoa, a humanidade do professor vem de sua condição de cidadão; se o professor quer mudança, “tem de fundir seu papel de educador ao seu papel de cidadão [...]”. É pre-

ciso se opor ao tsunami neoliberal.

O potencial de organização que o magistério público tem causa receio em governos nacionais e internacionais. Nós, professores, infelizmente não temos consciência dessa força. Há um medo do magistério e, dessa forma, cria-se a imagem do professor obstáculo no processo de reformas da educação, para convencer a opinião pública e jogar a sociedade contra os docentes (Evangelista; Shiroma, 2007).

Assim, o professor é atacado de todas as formas numa narrativa que generaliza: é acomodado, é desmotivado, o magistério foi o que lhe restou, não se preocupa com o que faz porque seu salário é baixo. Sejamos obstáculos para as reformas educacionais burguesas (Evangelista; Shiroma, 2007), no sentido de cobrar e pressionar por uma educação de qualidade, com foco na formação de seres humanos.

Para subverter a lógica do sistema capitalista/neoliberal hegemônico, que por vezes faz parecer ser o único caminho, precisamos tratar os outros (estudantes e demais escolares) como gente e assim dar início a um processo de humanização. Gente que pensa, que chora, que bate, que apanha, que mora mal, não conta com estrutura familiar, entre outras coisas. Ainda assim, esse sujeito precisa aprender, precisa de conhecimento; ele, na verdade, mais do que outros, tem a necessi-

dade de aprender para que possa transformar a sua vida. Isso depende, em grande medida, da postura ética de professoras e professores.

Professor subversivo é aquele que tem consciência do seu papel político, não reduz os seus estudantes a meros números. No fundo, ele sabe que quem não come, não aprende, a barriga vazia fala mais alto; ele entende que a grande desigualdade social é um fator de forte impacto nas aprendizagens escolares. Ele jamais deixará de tratar de conteúdos relevantes com seus estudantes e desistirá até que os mesmos aprendam.

Transformação social e emancipação têm que ser o compromisso docente, é preciso desafiar as formas dominantes. O enfrentamento tem que começar agora, é urgente, mudanças são necessárias (Mészáros, 2005). Precisamos de outra educação; educação essa que pode (e deve) ser construída crítica e democraticamente no coletivo de professores, nos momentos de encontros e formações docentes. O caminho é a união da categoria.

Minto (2023) apresenta, para além das aparências, a abordagem hegemônica “Educação Baseada em Evidências (EBE)”; um movimento que está dominando documentos legais educacionais, conquistando corações e mentes de professores e pesquisadores e tem na mídia uma aliada. Na perspectiva crítica, nada mais do que um discurso.

Organismos internacionais como o Ban-

co Mundial (BM) e a Organização para a Co-  
operação e o Desenvolvimento Econômico  
(OCDE) apresentam e impõem aos países  
suas “evidências”. Esse impacto é sentido no  
Brasil: o Novo Ensino Médio (NEM), financia-  
do pelo BM, e a Prova PISA como referência  
para o resultado da educação pública, idealiz-  
ada pela OCDE, são exemplos.

Além disso, o Instituto Ayrton Senna  
(IAS) e a Coordenação de Aperfeiçoamen-  
to de Pessoal de Nível Superior (CAPES)  
apoiam a Rede Nacional de Ciência para a  
Educação (CPE)<sup>18</sup>, formada por mais de 80  
grupos de pesquisas, cujo objetivo é melhorar  
as práticas pedagógicas e políticas públicas  
educacionais com base nas tais “evidências”.  
A BNCC (2017), com seus “dados científicos”,  
também é parte integrante (Minto, 2023).

As proposições da EBE consideram  
apenas as “evidências” produzidas por seus  
pesquisadores e suas instituições. Desconsi-  
deram elementos importantes para o proces-  
so ensino-aprendizagem, como a realidade  
socioeconômica dos estudantes e as condi-  
ções precárias das escolas. Além disso, des-  
qualificam abordagens divergentes. Nesse  
contexto, à contra-hegemonia resta o papel  
de desnudar as contradições dessa aborda-  
gem (Minto, 2023).

Defendemos a presença da Universida-  
de Pública na formação continuada de profes-  
soras e professores em toda educação básica.  
Os conhecimentos produzidos pela Univer-

sidade - científicos, acadêmicos, artísticos e  
das ciências - precisam estar à disposição  
dos docentes. Para tanto, há a necessidade  
de vontade política e uma boa sintonia entre  
as partes para a concretização dessa parce-  
ria. Enfim, precisamos muito da Educação su-  
perior.

Para além do entretenimento, a arte nos  
ajuda a “ler” o mundo. Vamos de Arte!

## Subversão

*(Anésio José Duarte Filho / Orientação: Marisa Noda)*

*Educar é um ato político  
E também... o despertar da consciência  
Mostrar o mundo como ele é  
Entender as coisas como são  
Descortinando a vida  
Colher os frutos da emancipação*

*Educar é um ato humano  
E também... o desafio da docência  
Qual caminho pra educação  
Reprodução ou superação  
Parece não ter saída  
O \*João disse que é subversão*

*\*Referência ao Prof. Dr. João Vicente Hadich Ferreira,  
integrante do PPEd/UENP.*

*Obs.: com base na obra de Paulo Freire.*

18 - Disponível em: <https://www.encontrocpce.com/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

## 4 - A escola e a formação humana: educação crítica

Sem a intenção de esgotar o assunto, apresentamos alguns dos pensadores do campo da educação crítica, destacando brevemente suas contribuições educacionais. Nosso objetivo é trazer elementos para o processo de formação docente, para o debate educacional. Dois pontos precisam ser ressaltados: primeiro, a necessidade de um aprofundamento na obra de cada pensador aqui citado; segundo, não há teoria pedagógica ou teoria de educação que resolva todos os problemas educacionais, não há método perfeito.

Em relação ao segundo ponto, Saviani (2019, p. 17) faz considerações sobre uma e outra, ponderando convergências e divergências.

“

[...] se toda teoria pedagógica é teoria da educação nem toda teoria da educação é teoria pedagógica. Isso porque o conceito de pedagogia se reporta a uma teoria que se estrutura a partir e em função da prática educativa, buscando orientar o processo de ensino e aprendizagem. Há, porém, teorias que analisam a educação pelo aspecto de sua relação com a sociedade, não tendo como objetivo formular diretrizes que orientem a atividade educativa. São, sem dúvida, teorias da educação, mas não são teorias pedagógicas.

As teorias pedagógicas são métodos. Dito isso, faremos apontamentos sobre cada pensador no sentido de se tratar de uma teoria pedagógica ou de uma teoria educativa. Veremos que os pensadores críticos se preocupam com a formação docente, com o currículo, com as disciplinas, com os princípios e com os fins da educação, com a formação humana, com a qualidade da educação e com o ambiente escolar.

Todas as teorias estudadas neste caderno são baseadas no método Materialista Histórico-Dialético, de Karl Marx e Friedrich Engels. A aparência está dada, mas ela não é suficiente, é preciso conhecer a essência, buscar as múltiplas determinações que impactam o objeto de estudo e, assim, apropriar-se da realidade, superando a alienação (Marx, 1978). Na descrição que faremos de cada teoria, o método ganhará elementos para sua compreensão.

A educação brasileira é neoliberal, isso é uma premissa nos estudos contemporâneos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) é fruto dessa dominação. Estruturada na Pedagogia das Competências, a Base representa mera adaptação ao mundo capitalista e uma oposição a um conhecimento aprofundado; os currículos são reduzidos,

tornam-se básicos.

As Pedagogias Tradicional e Nova, em que pese serem divergentes, são consideradas teorias não críticas, são projetos burgueses de educação. Na Pedagogia Tradicional, o centro é o professor e o objetivo é o aprender, é uma teoria de ensino; na Pedagogia Nova (John Dewey), o centro é o aluno, o caminho é a pesquisa e o objetivo é o aprender a aprender, é uma teoria de aprendizagem (Savianni, 1983). Como desdobramentos da Escola Nova, temos as Pedagogias Ativas, o Professor Reflexivo, a Pedagogia das Competências, Empreendedorismo, entre outras; elas são hegemônicas (prevalecem na educação pública brasileira).

No marxismo, a concepção de mundo é outra: socialista, e a educação é humanística (Manacorda, 2019). Marx destaca que a interação social, a socialização no sentido antropológico e educativo, propicia ao homem (espécie) transformar-se em humano; isso ocorre pela apropriação da língua e da comunicação, do trabalho, do pensamento conceitual, da história do local onde está inserido, de questões que envolvem sobrevivência, desenvolvimento e cooperação. Sem a convivência, essas potenciais características humanas ficariam adormecidas e desapareceriam (Bottomore, 1983).

Somente uma educação crítica é capaz de oportunizar novos horizontes; dessa for-

ma, devemos buscar alternativas na chamada contra-hegemonia, uma vez que “seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica” (Freire, 1981, p. 73).

### **Paulo Freire: teoria pedagógica e teorias de educação**

Paulo Freire (1921-1997), pernambucano de Recife, é o Patrono da Educação brasileira (Lei nº 12.612/2012). Ele é o pensador da Pedagogia Libertadora, teoria pedagógica localizada na linha crítica. Dedicou-se à alfabetização de adultos, escreveu vários livros e tem reconhecimento internacional, é um dos autores brasileiros mais lidos no mundo.

“

[...] no final da década de 1950 e início dos anos 1960, Paulo Freire cria a “Pedagogia da Libertação”, que, ao mesmo tempo em que buscava alfabetizar, estimulava a conscientização dos educandos e a luta contra a pobreza, pela libertação, tendo como base, as categorias: opressores, oprimidos, libertação. Todavia, em setembro de 1964, logo após a instauração da ditadura, Freire é exilado e se interrompe esse esperançoso processo de alfabetização [...]. De todo modo, poderíamos falar que a Pedagogia da Libertação foi a experiência mais abrangente, exitosa e signi-

ficativa em termos de pedagogia crítica que antecedeu ao surgimento da pedagogia histórico-crítica (Orso, 2023, p. 361-362).

Saviani (2019, p. 22), grande estudioso do pensamento pedagógico brasileiro, assim apresenta o método de Freire, a pedagogia da libertação:

“[...] tem como ponto de partida a vivência da situação popular (1º passo), de modo a identificar seus principais problemas e operar a escolha dos ‘temas geradores’ (2º passo), cuja problematização (3º passo) levaria à conscientização (4º passo) que, por sua vez, redundaria na ação social e política (5º passo).”

Para além de sua teoria pedagógica Libertadora, Freire também desenvolveu outras teorias de educação. Destacamos aqui algumas de suas ideias: a defesa de que a educação é naturalmente política, no sentido de proporcionar a possibilidade de uma leitura de mundo, para além da leitura das palavras; a necessidade de constante reflexão sobre a prática pedagógica para que as novas práticas sejam melhoradas (práxis pedagógica); ensinar é um ato humano; não há neutralidade na educação, quem assim se define optou pelo lado do opressor; um professor crítico deve se opor à ordem capitalista, que causa

pobreza num cenário de tanta riqueza produzida (Freire, 2021).

Em relação à ação docente, ele afirma que ensinar é criar possibilidades para que o conhecimento seja construído na interação entre professor(a) e estudantes (em vez de mera transmissão de conhecimento), numa via de mão dupla onde todos aprendem e ensinam, pois

“[...] quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado [...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender [...] ensinar inexiste sem aprender e vice-versa (Freire, 2021, p. 25).”

O livro aqui citado é “Pedagogia da Autonomia” (Freire, 2021), nome bem sugestivo, é um dos elementos importantes para a educação escolar. Autonomia para a ação docente, para as decisões no âmbito da escola e da gestão da educação, para as atitudes dos estudantes, para pensarmos criticamente, para fazermos a leitura de mundo, para compreendermos as injustiças que a sociedade capitalista impõe à maioria da população, aos trabalhadores.

Outra obra importante é a “Pedagogia do Oprimido” (Freire, 1987). Humanizadora e revolucionária, seu objetivo é a emancipação dos oprimidos por meio do despertar de

sua consciência crítica. É nesse âmbito que se destaca a importância do papel docente, pois o professor é peça central para promover essa emancipação (Costa; Ruckstadter, 2023), uma vez que atua como mediador do conhecimento, promovendo e incentivando o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes.

Freire chama a atenção para a necessidade do diálogo e da problematização da realidade, incentivando a consciência crítica e permitindo a superação das opressões vivenciadas pelos sujeitos. No sistema capitalista neoliberal contemporâneo, a educação é tratada como um produto e os estudantes como consumidores, o que favorece a reprodução da desigualdade e a alienação. Tal prática mantém oprimidos e opressores nas mesmas posições, distanciando os sujeitos de uma formação crítica que lhes possibilite a compreensão de sua realidade.

### **Manacorda e a formação omnilateral, a partir de Karl Marx**

Mario Alighiero Manacorda (1914-2013), professor e pesquisador italiano, destaca em sua obra uma teoria educacional importante, que é o desenvolvimento integral dos estudantes. Estabelece que o fim da educação escolar deve ser a formação do homem omnilateral (categoria marxista); assim ele a define: “desenvolvimento total, completo, mul-

tilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (Manacorda, 2010, p. 94). Nessa linha, é o homem que pensa, que planeja, que percebe a realidade, que constrói a sua história, que movimenta o seu corpo, faz bom uso da língua, consegue se apropriar da matemática e se sente realizado. Curiosamente, Marx não utilizou essa nomenclatura, apenas o conceito.

Dentro desse contexto, Karl Marx (1818-1883) defende as formações politécnica e tecnológica com a intenção de superar a lógica capitalista alienante. Dessa forma, tem-se a ideia de que: afastou-se do modo de produção capitalista, é omnilateral, aproximou-se dele, é unilateral.

“

A formação tecnológica proposta por Marx conjectura a unidade absoluta entre teoria e prática, partindo da atividade produtiva para a atividade social [...]. Na percepção do filósofo alemão, unicamente a partir desta unidade entre formação manual e formação intelectual, seguida da práxis social, torna-se possível a formação omnilateral por ele idealizada e compartilhada. Qualquer formação que perca de vista a superação do modelo de produção capitalista afasta-se da perspectiva omnilateral, e ainda que, de algum modo, consiga aliar trabalho produtivo e instrução, conserva o caráter unilateral (Ribeiro; Sobral; Jataí, 2016, p. 5).

A formação politécnica marxista não tem a ver com reprodução da especialização para a produção capitalista, com o simples treinamento; “politecnia significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna [...] propiciar aos alunos [...] não a formação de técnicos, mas de politécnicos” (Saviani, 2019, p. 307).

Manacorda se opõe ao capitalismo e a formação unilateral que a educação hegemônica oferta. Em tempo, é preciso dizer que a proposta de desenvolvimento integral omnilateral em nada tem a ver com a educação em tempo integral praticada no Brasil (que “rouba” a infância e a juventude por uma mera adaptação ao mundo capitalista perverso). No pensamento educacional de Manacorda (e Marx), a arte, o esporte, a tecnologia, a história, a língua, a matemática, a filosofia, enfim, todas as disciplinas que contribuem para a formação humana são indispensáveis.

## **A educação na perspectiva Gramsciana**

O italiano Antonio Gramsci (1891-1937) é outro que desenvolveu uma teoria de educação e que precisa ser lembrado. Em suas análises, ele se opôs ao que identificou se tratar de dois projetos distintos para a educação:

1. Escola profissional, destinada às classes

subalternas e 2. Escola clássica, destinada às elites. O Estado à serviço da burguesia: cultura somente para as classes dominantes (Gramsci, 2001). Algo inaceitável. A educação tem que ser pública, de qualidade e acessível para todas(os).

Dessa forma, ele vai defender uma escola única, unitária ou humanista, para oportunizar “[...] cultura geral, humanista, formativa [...]” (Gramsci, 2001, p. 33). Essa escola atenderia a todos de forma igualitária, fundindo e equilibrando o desenvolvimento manual (técnico, industrial) e intelectual. Nesse contexto, surge a categoria “princípio educativo” (o início da pedagogia histórica).



Para Gramsci, o princípio educativo deve se dar também pelo trabalho e cultura. Mas o trabalho não no modelo de escola técnica profissional, que tinha função de eternizar a divisão de classes e destinação do seu posto de trabalho, mas sim uma escola que proporcione as condições para que cada cidadão possa se tornar governante. A crise escolar que Gramsci citava, ainda hoje é uma crise não superada, pois ainda temos uma clara distinção de formação para a classe elitizada da classe trabalhadora (Putzke, 2018, n.p).

Na perspectiva Gramsciana, a quais conteúdos a escola deve se dedicar? Educar para os “direitos e deveres” (Gramsci, 2001, p. 37), para as possibilidades e os limites

que todos nós temos na convivência social; educar contra o senso comum (ou contra as chamadas concepções folclóricas), a escola é espaço singular, ela deve se destinar aos ensinamentos científicos, sistematizados das diversas áreas do conhecimento; ensinar sobre as leis naturais e as leis sociais.

A educação nesse sentido leva à emancipação humana e, assim, possibilita a criação de uma concepção de mundo baseada no processo histórico, nas múltiplas determinações e nas contradições inerentes ao desenvolvimento (materialismo histórico-dialético). Os estudantes precisam compreender que a

“

[...] soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro (Gramsci, 2001, p. 43).

Em relação à atividade docente, Gramsci (2001) lembra que o professor não pode perder de vista o compromisso de sempre oferecer a melhor educação possível aos seus estudantes, principalmente quando estes são de regiões carentes em termos sociais. Essa percepção no sentido político da atividade docente contribui para que os discentes tenham bagagens de conhecimento e assim possam

superar suas dificuldades na busca da transformação de suas realidades. A bagagem, no entanto, tem que ser para todas as pessoas.

Sobre o ato de estudar, é preciso deixar claro para os estudantes que se trata de uma necessidade, já que “o estudo também é um trabalho, e muito cansativo [...] é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e até mesmo sofrimento” (Gramsci, 2001, p. 51). A educação deve se basear na disciplina, pautada na autoridade afetuosa do professor (não no autoritarismo). Gramsci (2001, p. 62) considera que “[...] a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e criar o homem ‘atual’ à sua época”. Nesse cenário, para além do biológico, a educação deve considerar o aspecto social. Entretanto, a busca pelo desenvolvimento intelectual não pode ser privilégio de pequenos grupos (Gramsci, 1999).

Sobre o papel do Estado para com a educação, Gramsci deixa claro que “a saída da crise da Escola só acontecerá quando existir um grande investimento Estatal no espaço físico, com materiais, corpo docente bem formado e em quantidade suficiente, diminuição da proporção de alunos por professor” (Souza; Gaspar; Silva, 2024, p. 10).

Gramsci faz críticas ao autodidatismo liberal. Aqui cabem algumas considerações:

no nosso tempo (século XXI), as pedagogias modernas (metodologias ativas), desdobramentos da Escola Nova, propõem esse autodidatismo sob o manto da autonomia, as chamadas pedagogias do “aprender a aprender” (Duarte, 2001). Nesse contexto, a escola e os professores perdem relevância, é mais significativo aprender por si do que com a intervenção de um(a) professor(a).

O livro “Os pilares da educação do século XX”, relatório Jacques Delors (2006), encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU), é recheado de autodidatismo. Em clara oposição, Gramsci defende o papel diretivo do professor, que o considera um representante do saber científico, capaz de fazer oposição ao senso comum e ao conhecimento folclórico (Gramsci, 2001).

## **A Psicologia Histórico-Cultural**

A Psicologia Histórico-Cultural, cujo fortalecimento remete ao período após a Revolução Russa, em 1917, é outra teoria que pode contribuir para a ação pedagógica. No entanto, como teoria psicológica, sua transferência para a área educacional necessita de aproximações com preceitos pedagógicos. Nesse contexto, a psicologia histórico-cultural encontra na pedagogia histórico-crítica o seu complemento; o contrário também se aplica, ou seja, é uma via de mão dupla, uma funda-

menta a outra (Martins, 2016).

O nome mais conhecido dessa concepção é Lev Semenovich Vigotski (1896-1934), mas há outros, como: Alexis Nikolaevich Leontiev (1903-1979) e Alexander Romamovich Luria (1902-1977). O tema principal dessa teoria é o desenvolvimento do psiquismo humano, que, desenvolvido socialmente, leva à formação da imagem subjetiva da realidade objetiva. Dessa forma, a inserção social do sujeito e o processo educacional precisam de qualidade. “Foi apenas no final da década de oitenta e, sobretudo, na década de noventa, que tais obras chegaram ao Brasil [...] um novo tempo para a ciência psicológica brasileira” (Martins, 2016, p. 52).

Opositor dos modelos de formação unilateral, baseada em mudanças graduais, “evidenciou os limites e artificialidade dos modelos explicativos biologizantes” (Martins, 2016, p. 63), a tal educação biológica. Jean Piaget é um dos representantes dessa linha, logo, criticado por Vigotski. Aquele, ligado aos conhecimentos espontâneos, este, aos conhecimentos científicos. Assim, Vigotski faz referência aos conteúdos que a escola deve priorizar e, na sequência, faz apontamentos sobre as diferenças entre o espontâneo e o científico.

“

[...] conteúdos que devem ser priorizados por uma educação escolar desenvolvente, quais sejam: os conceitos científicos. [...]

diferentemente dos conceitos espontâneos, que se formam de modo assistemático pela simples inserção do sujeito na comunidade cultural, orientando-se por sua aplicação prática e pragmática, a formação dos conceitos científicos subjugam-se à orientação conscientemente dirigida, à voluntariedade e ao auto-domínio da conduta - esferas que se revelam extremamente frágeis na adoção dos primeiros (Martins, 2016, p. 79).

Portanto, em relação à humanização buscada em ambas teorias, psicológica e pedagógica, não se trata de desdobramentos espontâneos da natureza do homem, mas da apropriação de cultura e desenvolvimento humano, científico, via educação escolar.

### **Dermeval Saviani**

Começamos com uma breve apresentação do professor, filósofo, pesquisador e escritor Dermeval Saviani.

Filho de trabalhadores, neto de imigrantes italianos, nasceu em Santo Antônio de Posse, no município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, em 25/12/43, mas só foi registrado em 03/02/44 [...]. Em 1948, a família com oito filhos se transferiu para a capital, onde, posteriormente, Dermeval experimentou a vida de operário fabril. Nessas condições, como era

comum à grande maioria dos trabalhadores da época, não se colocava em seu horizonte nem sequer a possibilidade de pensar em realizar cursos superiores, e, muito menos, de se tornar um intelectual de referência nacional e internacional. Entretanto, diferente de seus pais, que não passaram da alfabetização elementar, ele teve acesso a boas escolas, bons professores e adquiriu uma sólida formação acadêmica e científica [...]. Em 1966 concluiu o curso de Licenciatura em Filosofia, vivenciando as mudanças provocadas pelo Golpe e pela ditadura Militar instalada em 1964 (Orso, 2023, p. 355).

Preocupado com o currículo escolar, Saviani (2019) afirma que a educação não pode se desviar dos conteúdos “clássicos” que foram (e são) construídos historicamente pela humanidade, com o objetivo de tornar as pessoas humanas. Mas por que os clássicos são importantes? O autor explica.

[...] o clássico é tudo aquilo que resistiu ao tempo, tendo uma validade que extrapola o momento em que foi formulado. Define-se, pois, pelas noções de permanência e referência. Uma vez que, mesmo nascendo em determinadas conjunturas históricas, capta questões nucleares que dizem respeito à própria identidade do homem como um ser que se desenvolve historicamente, o clássico per-

manece como referência para as gerações seguintes que se empenham em apropriar-se das objetivações humanas produzidas ao longo do tempo (Saviani; Duarte, 2012, p. 31).

Em linhas gerais, a importância dos clássicos reside no fato de integrarem o patrimônio cultural da humanidade. Nesse contexto, todas as disciplinas escolares possuem os seus conteúdos clássicos, que não podem ser deixados de lado. Professores conscientes da importância dos seus trabalhos, individual e/ou coletivamente, devem reconhecer esses conteúdos e não abrirem mão deles.

Saviani propõe uma teoria pedagógica: a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). É volta-da para uma educação pública de qualidade para todas(os), especialmente para as(os) filhas(os) da classe trabalhadora. Entre os seus objetivos: conhecimento, humanização e emancipação. A PHC valoriza o processo ensino-aprendizagem em todas as suas etapas; enfim, ela defende o pleno direito à educação.

### **Pedagogia Histórico-Crítica**

As bases teóricas e estruturais da PHC estão organizadas, principalmente, em dois livros: *Escola e Democracia* (1983) e *Pedagogia Histórico-Crítica* (1991) (Martins, 2016). Ambos possuem diversas edições. “[...] Ela se constitui numa teoria pedagógica contra-he-

gemônica” (Orso, 2023, p. 355), visando a superação e a transformação da sociedade, que hoje é capitalista. No entanto, não se trata de uma teoria pós-revolução, pode (e deve) ser implantada a qualquer tempo.

As obras de Marx e Engels, a Psicologia Histórico-Cultural, Manacorda e Gramsci estão entre os fundamentos filosóficos da PHC (Colares; Arruda; Colares, 2021). A educação escolar no contexto da PHC tem por objetivo descortinar a realidade, ir para além das aparências. Dessa forma,

“

[...] o papel da escola não é mostrar a face visível da lua, isto é, reiterar o cotidiano, mas mostrar a face oculta, ou seja, revelar os aspectos essenciais das relações sociais que se ocultam sob os fenômenos que se mostram à nossa percepção imediata (Saviani, 2011, p. 201).

O grande objetivo da PHC é a humanização dos estudantes, entendendo que ela não se dá naturalmente, de forma espontânea, mas vem com a apropriação da cultura humana por meio da escola (Martins, 2016). Ou seja, cabe à escola humanizar, apresentando aos estudantes conteúdos culturais, artísticos, científicos e filosóficos, para que estes possam adquirir uma bagagem de conhecimentos. Quanto mais aprendizagens nesse sentido, mais humanização é proporcionada

(Biavatti; Wielewski, 2016).

O professor na PHC se torna um mediador, o chamado “professor mediador” (Nascimento; Souza; Rossa; Buss; Silva, 2016, p. 233), cabe a ele planejar e organizar os procedimentos pedagógicos, adotar estratégias para a aprendizagem, dirigir o processo ensino-aprendizagem.

Como deve ser a apresentação do conteúdo na perspectiva dessa concepção pedagógica? “[...] O conteúdo deve ser apresentado de maneira gradual aos alunos, complexificando-o com o passar do tempo a fim de que o aluno se aproprie completamente desse conhecimento” (Giaretton; Mazaro; Otani, 2016, p. 286).

A PHC pode ser aplicada em todas as disciplinas escolares. A Secretaria de Educação da cidade de Cascavel, estado do Paraná, organizou em 2008 sua educação municipal (fundamental I, anos iniciais) - currículo e disciplinas - com a Pedagogia Histórico-Crítica; assim, História, Geografia, Matemática, Educação Física, Língua Portuguesa e Artes foram pensadas para o trabalho pedagógico obedecendo aos rigores dessa concepção pedagógica.

Pagnoncelli, Malanchen e Matos (2016) organizaram um livro para compartilharem essa experiência de institucionalização e implementação: “O Trabalho Pedagógico nas Disciplinas Escolares: contribuições a partir

da Pedagogia Histórico-Crítica”. O livro serve de referência para que outras experiências possam surgir. Orso (2023, p. 355) afirma que “a existência de uma teoria pedagógica [...] garante organicidade, coerência e unidade ao ato educativo”.

Para esclarecimento, institucionalizar significa a adoção da concepção pedagógica por parte do Estado (União, Distrito Federal, Estados e Municípios), isto é, ela passa a ser o método oficial do sistema de educação em questão; já a implementação tem a ver com as iniciativas de professoras(res) em utilizá-la em suas ações pedagógicas. Pode acontecer de um município, por exemplo, adotá-la, mas haver resistência por parte dos professores, pode acontecer o inverso, um(a) professor(a) ou grupo de professores implementá-la e o sistema educacional não a reconhecer; isso enfraquece o movimento. O melhor cenário é a junção da institucionalização e da implementação, todos pensando num mesmo sentido (Balzan; Orso, 2013).

A PHC está estruturada em cinco etapas (momentos): ela tem como “[...] ponto de partida e de chegada a prática social, mediada pela problematização, e tendo como componentes centrais a instrumentalização e a catarse” (Colares; Arruda; Colares, 2021, p. 268). O número de aulas para cada conteúdo varia de acordo com a complexidade do objeto de estudo e com os conhecimentos prévios dos

estudantes. Cabe ao professor perceber e administrar isso.

A prática social inicial é o ponto de partida, conhecimentos do cotidiano que os estudantes trazem para a escola, fruto de suas convivências com a família e a sociedade. Nesta etapa, ocorrem “a observação e a exploração” acerca do conteúdo apresentado (Giaretton; Mazaro; Otani, 2016, p. 281), com o docente dirigindo o processo ensino-aprendizagem.

Batistel, Dolla, Junges e Santana (2016, p. 308), dão um exemplo relativo ao conteúdo salário mínimo, presente no currículo da rede municipal cascavelense: “você ouviram falar em salário mínimo? [...] Você sabem qual o valor do salário mínimo hoje? [...] o salário mínimo consegue atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família?”. Importante ouvir as opiniões dos alunos.

A problematização é a 2ª etapa: são organizados questionamentos a serem respondidos e esclarecidos; a partir dessa etapa já “[...] é possível que o aluno compreenda a contradição entre o saber cotidiano, inicial, e o científico, possibilitando a esse, elaborar síntese [...]” (Giaretton; Mazaro; Otani, 2016, p. 284) e, assim, apropriar-se do conhecimento sistematizado.

A 3ª etapa é a instrumentalização. São os recursos auxiliares que contribuirão para a compreensão do conteúdo; podem ser uti-

lizados: vídeos, notícias, músicas, poesias e imagens. Independentemente da área do conhecimento, o(a) professor(a) pode incorporar à sua prática pedagógica elementos das artes, da filosofia e da ciência (Batistel; Dolla; Junges; Santana, 2016).

Sobre a catarse, 4ª etapa, Saviani assim a define:



[...] um momento no qual ocorre uma ascensão da consciência a um nível superior de compreensão da prática social. O conhecimento que é ensinado sistematicamente ao aluno pelo processo educativo escolar não se agrega mecanicamente à sua consciência, mas a transforma em graus maiores ou menores. O aluno passa, então, a ser capaz de compreender o mundo de forma relativamente mais elaborada, superando, ainda que parcialmente, o nível do pensamento cotidiano ou, em termos gramscianos, o nível do senso comum (Saviani, 2019, p. 15).

A 5ª e última etapa ocorre após as descobertas, após a superação do senso comum (catarse), é a prática social final: o estudante volta à prática social em que está inserido não mais tendo como referência “a face visível da lua”, mas com um conhecimento elaborado, com a síntese da realidade, com “a face oculta” da mesma; enfim, transformado. “A prática social final é, portanto, a nova maneira

de compreender o conteúdo e posicionar-se sobre ele. É a manifestação da nova postura prática, da nova atitude, da nova visão do conteúdo” (Giaretton; Mazaro; Otani, 2016, p. 289). Esta etapa é o ponto de chegada.

Paulino José Orso, ao discutir a institucionalização da PHC comenta não ser tarefa fácil institucionalizá-la e/ou implementá-la, é preciso: dominar os conteúdos, conhecer a PHC e o método Materialista Histórico-Dialético, admitir e identificar as características da sociedade capitalista, ser crítico e revolucionário (Orso, 2021). Não esquecendo ainda da necessidade de vontade política por parte dos dirigentes da educação e, também, condições materiais, recursos pedagógicos.

Orso (2023) esquematizou este texto para servir de apresentação da PHC, já que, segundo o autor, muitos estudantes e professores não ouviram falar dela ou não a estudaram suficientemente. A intenção é disseminá-la, fazer chegar aos ambientes de estudos e formações pedagógicas.

### **Considerações finais**

Aqui, aproveitamos para divulgar os grupos de estudos da Pedagogia Histórico-Crítica organizados pelo Professor Dr. Paulino Orso, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus Cascavel. Atividade de extensão do Grupo de pesquisa em

“História, Sociedade e Educação no Brasil”, Grupo de Trabalho da região oeste do Paraná (HISTEDOPR)<sup>19</sup>.

A partir da UNIOESTE, espalha-se por todo o país, há diversas Universidades promovendo esses estudos. A Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) tem o seu grupo, a cada ano, um enfoque diferente. A participação é aberta, interessadas e interessados podem aprender e contribuir com a construção dessa concepção pedagógica.

Por serem contra-hegemônicas, essas teorias não costumam estar disponíveis a professoras e professores nos momentos de formação oportunizados pelos sistemas de educação, é preciso reivindicá-las.

Finalizamos com arte, expressando a síntese de nosso estudo.

### **A Escola e o “Princípio Educativo”**

*(Anésio José Duarte Filho / Orientação: Marisa Noda)*

*A Educação é importante*

*É importante estudar*

*Mas é importante que a escola*

*Tenha por princípio educar*

*Apresentar a conjuntura*

*Tudo que está a sua volta*

*Pra perceber o seu lugar no mundo*

*É tudo isso que importa*

*O papel da Ciência*

*A Arte como expressão*

*O Esporte pra desenvolver o corpo*

*Filosofia pra reflexão*

*Não à alienação*

*Sim ao exercício do pensar*

*É um processo a consciência*

*Que leva além... É independência*

*Obs.: o título faz referência à obra de A.  
Gramsci.*

---

19 - Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/histedopr/histedopr-inicio>. Acesso em: 7 fev. 2025.

## 5 - Educação escolar na perspectiva Adorniana: resistência contra a barbárie

“A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (Adorno, 2006, p. 119). Ao estudarmos a obra de Theodor W. Adorno (1903-1969), percebemos a importância do seu ponto de vista. É chocante descobrir que a barbárie está em mim, está em ti, está em nós, prestes a acontecer, é uma tendência (Adorno, 1956).

Afastando a possibilidade de ser considerado um acidente histórico, na perspectiva Adorniana, Auschwitz foi produto de um progresso, que, ao mesmo tempo em que trouxe um avanço tecnológico, causou perda de humanização. Com isso, instalou-se uma mentalidade de coisificação (reificação), onde as vítimas eram vistas como objetos e, assim, poderiam ser exterminadas, descartadas. Para além do contexto alemão, o autor pensa uma educação que afaste qualquer possibilidade de Auschwitz voltar a acontecer em qualquer outro lugar (Adorno, 2006). Que a tecnologia, tão necessária, valorize a vida.

Segundo Crochik (2007), a presença de dinheiro não afasta essa possibilidade, não há raça humana imune, regionalismo algum está livre, mesmo com religiosidade ainda é possível, sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas também; enfim, estamos todos no mesmo barco, até as crianças. Com esse cenário preocupante, o que nos resta? Tem

saída? Por onde começar?

Por falar em começo, a educação escolar ganha destaque e passa a ser um elemento fundamental para que essa tendência não aconteça. Logo na educação infantil essa preocupação já deve estar presente. É instruindo os pequenos que nossa esperança ganha fôlego. Mas para que isso aconteça, a educação precisa ser pensada para tal.

Nessa linha, Pereira e Ferreira (2023, p. 124) apontam que a escola tem um papel fundamental nesse processo. Local onde pequenas manifestações violentas aparecem, identificá-las, problematizá-las e combatê-las são atitudes imprescindíveis. Assim, para os autores, “a escola precisa atuar no enfrentamento de todo e qualquer tipo de violência”. E seguem refletindo sobre a formação escolar e humana necessárias.

A formação de cidadãos autônomos, que sejam capazes de identificar as contradições sociais e de lutar para transformá-las, é imprescindível para que a educação se oponha à barbárie instalada na sociedade. Impedir a homogeneização do pensamento e a reprodução de comportamentos preconceituosos são desafios para toda humanidade (Pereira; Ferreira, 2023).

Uma educação humanizadora, que vise ao desenvolvimento verdadeiramente integral

das crianças, uma educação acolhedora, que se preocupe com todas as pessoas, desenvolvendo sentimentos recíprocos. Uma educação que seja capaz de dizer não e explicar o porquê do não; que aborde os limites que todos temos. Não dá para deixar escapar a primeira infância.

A escola é ponto de encontro, de reunião, de convivência, ensaio para a participação e utilização do espaço público, no sentido político. Assim, importante entender que os nossos direitos são limitados, é preciso respeitar os direitos dos outros. Logo, não há direito absoluto. A certeza que temos é que somos seres sociáveis, necessitamos uns dos outros, até para nascermos precisamos dos outros. Portanto, é preciso desenvolver essa capacidade do bem conviver, da alteridade.

Adorno aponta elementos para a superação da violência no âmbito da educação escolar: que a educação seja emancipadora (Adorno, 2006) e que desperte a sensibilidade (Crochik, 2007). O primeiro, está relacionado com a compreensão de mundo, o desenvolvimento da capacidade de pensar por si, de forma autônoma; o segundo, tem a ver com o combate à frieza por meio da sensibilização, mas não qualquer sensibilização, sensibilização no sentido de valorizar a dignidade humana, da preocupação com o outro. A Arte e a Filosofia são imprescindíveis para essa formação.

## **Auschwitz, o fracasso da humanidade**

Localizado na cidade polonesa de Oswiecim, o campo de concentração e extermínio de domínio alemão foi construído em 1941. Formado por 3 subcampos: Auschwitz 1, Birkenau (ou Auschwitz 2) e Buna-Monowitz (Auschwitz 3), tinha como prisioneiros (alvos) judeus (ampla maioria), ciganos, homossexuais, homens, mulheres e crianças (Cytrynowicz, 1995). Comunistas também integravam esse rol.

Eddy de Wind, um médico judeu, que vivia na Holanda, e sua mulher, Friedel, foram para Auschwitz em 1943, transportados em trem de carga sem saber exatamente para onde estavam indo. Sobreviveu a tudo e transformou seu diário escrito dentro do campo em um livro, para denunciar tudo o que vivera naquele lugar: “Última Parada: Auschwitz”. Traumatizado, sem conseguir narrar em primeira pessoa, criou um personagem, Hans, para fazê-lo em terceira pessoa (ele). Assim, o autor descreve Auschwitz.

Na chegada, depararam-se com homens vestidos de uniformes e gorros listrados, nas cores branca e azul. Logo na entrada, os dizeres: “*BEIT MACHT FREI*” (o trabalho liberta) (Wind, 2021, p. 20); algum tempo depois entenderia o sarcasmo. O campo sempre muito

bem vigiado e com forte aparato de segurança contra fugas: muros altos, cercas de arame farpado e alta tensão. Constantemente, “as pessoas eram empurradas, chutadas e espancadas” (Wind, 2021, p. 18), agressões gratuitas, sem justificativas, além de xingamentos e humilhações de todo tipo.

Sua mulher, Friedel, foi para o bloco 10, onde ficavam as mulheres. Lá, sofriam vários tipos de violências e serviam como cobaias para experimentos (sem consentimento) - injeções e choques no útero eram frequentes, faziam testes de esterilização; poucas mulheres escaparam dessas atrocidades, muitas das participantes morreram. Os judeus não passavam de objetos para os opressores.

Hans, foi, inicialmente, para o bloco 9. Posteriormente, ao se identificar como médico, passou a atuar na área da saúde do campo. Em linhas gerais, aos homens, àqueles que podiam, restavam trabalhos forçados, puxavam vagões e outros trabalhos exaustivos, pesados. “Ali não havia motorização [...] vapor é prático; eletricidade é eficiente, aplicável a centenas de quilômetros; gasolina é veloz e possante. Mas pessoas são baratas” (Wind, 2021, p. 19). Aos que, por motivos diversos, não podiam, restavam-lhes a morte.

As pessoas iam para lá e para cá, trabalhadores carregando “[...] tijolos e cimento, rostos sem expressão, olhos mortos e corpos magros” (Wind, 2021, p. 22). Para muitos, a libertação do inferno de Auschwitz foi a morte. Muitas vezes não matavam, submetiam

os prisioneiros a condições que o levavam à morte naturalmente; assim, eram contabilizadas como “naturais” e não como extermínio.

Naquele lugar não havia espaço para direitos humanos: “Judeus [...] Não tinham julgamento. Não recebiam uma pena e, portanto, também não podiam ser libertados” (Wind, 2021, p. 24). Sem o devido processo legal, sem direito de defesa, sem qualquer prova contra si, eram punidos simplesmente por serem judeus.

Em janeiro de 1945, com a iminente chegada do exército vermelho, Auschwitz e todo o seu complexo foi evacuado pelos nazistas e boa parte dos prisioneiros que restavam. Os russos acabaram com aquele lugar desumano. Friedel, sua esposa, não conseguiu sobreviver. Eddy (Hans), pensou até em ir ao encontro dela, mas decidiu viver: “tenho que continuar vivendo para contar sobre isso, para contar a todos, para convencer as pessoas de que aconteceu de verdade...” (Wind, 2021, p. 220).

Num dos diálogos relatados no livro, a esperança na próxima geração e o caminho para a educação, que ela fosse “[...] educada de forma humanista e sem a influência militar de aristocratas e do grande capital” (Wind, 2021, p. 217). De novo a educação humanizadora.

O holocausto não se resumiu a Auschwitz, havia outros campos de concentração. No entanto, somente nesse lugar, trabalhos forçados, experiências humanas e câmara de

gás assassinaram mais de 1 milhão de pessoas, um verdadeiro genocídio cometido pelos nazistas alemães (Cytrynowicz, 1995).

Auschwitz não se repetir é de suma importância, no entanto, não representará o fim da barbárie. Outras Auschwitz acontecem todos os dias. Mantemo-nos vigilantes. Que jamais se repita!



*GENIVALDO DE JESUS MORTO DENTRO DE CARRO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (PRF) – SERGIPE, 2022<sup>20</sup>.*

### **As violências manifestadas sob preconceitos**

Vinicius Júnior<sup>21</sup>, jovem jogador brasileiro do Real Madrid, da Espanha, vem sofrendo com o racismo. Já são inúmeros episódios denunciados por ele. Num deles, pelo campeonato espanhol, Vini Júnior, como é conhecido, denunciou e lamentou o fato ocorrido, inclusive com a participação de crianças, reforçando a tese de Adorno. Isso é violência, é barbárie. Em 2023, por conta da indicação do ministro da Justiça, Flávio Dino<sup>22</sup>, para o preenchimento de uma vaga no Supremo Tribunal

Federal (STF), opositores violentos, fascistas, atacaram-no ferozmente, muitas ofensas no sentido da gordofobia. Qualquer pessoa tem o direito de apoiar ou não decisões e indicações no cenário político, mas isso não lhe dá o direito de ofender, de agir de forma preconceituosa em relação às outras pessoas. Um episódio lamentável.

Paulinho<sup>23</sup>, ex-jogador do Atlético mineiro (transferiu-se no final de 2024 para o Palmeiras, SP), artilheiro do campeonato brasileiro de 2023 com 20 gols, é outro que não tem paz. Seguidor de religião de matriz africana, a cada *post* exaltando a sua fé, uma chuva de críticas, xingamentos e humilhações; é como se o rapaz tivesse que seguir a religião “certa”, ou seja, uma outra religião. Cada um com a sua fé, seja ela de “amém”, seja ela de “axé”.

O Presidente da República Luiz Inácio “Lula”<sup>24</sup> da Silva mesmo sofre também com sua deficiência física, dedo mínimo amputado. As pessoas fazem chacota com uma coisa tão séria, que inclusive foi fruto de um acidente de trabalho, quantos não acontecem por aí? Na democracia é assim, qualquer pessoa tem o direito de discordar, mas agredir, não. Ao atingir Lula, atinge milhares de pessoas que sofrem com limitações físicas.

Se voltarmos no tempo, em 2016, Dilma Rousseff<sup>25</sup> sofreu diversas formas de violências: gênero, psicológica e acabou golpeada em seu mandato. Sofreu por ser mulher.

Foi chamada de ladra e xingada por fascistas. Acabou perdendo o seu cargo. O suposto “crime” seria uma irregularidade contábil chamada “pedaladas fiscais”, que outros Presidentes da República também praticaram, mas não foram responsabilizados. Em 2023, Dilma foi absolvida pelo Poder Judiciário<sup>26</sup>.

O que seria de nós sem a arte? Mais uma vez ela pede passagem neste trabalho.

### ***Que não se repita***

*(Anésio José Duarte Filho / Orientação: Marisa Noda)*

*A barbárie está em mim  
A barbárie está em ti  
A barbárie está em nós*

*A verdade é dura assim  
É preciso resistir  
Pra calar a sua voz*

*Que não se repita  
É nosso dever  
Ela está à espreita  
Pronta para aparecer*

*Estamos a falar das violências  
Manifestadas sob preconceitos  
Estamos a falar da indiferença  
Da necessidade de novos preceitos*

*Obs.: com base na obra de T. Adorno.*

- 
- 20 - Ex-policiais condenados. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/caso-genivaldo-justica-condena-ex-policiais-da-prf-veja-penas/>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- 21 - Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/futebol-internacional/real-madrid-laliga-investiga-insultos-racistas-de-crianca-contra-vini-jr/>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- 22 - Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2023/11/30/video-comentarista-da-jovem-pan-diz-que-dino-foi-indicado-ao-stf-por-cota-de-obesidade-148660.html>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- 23 - Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/jogador-paulinho-sofre-intolerancia-religiosa-apos-estreia-na-selecao#:~:text=O%20jogador%20recebeu%20mensagens%20de,a%20partida%20da%20Sele%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- 24 - Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/10/22/acidente-trabalhista-afinal-como-lula-perdeu-o-dedo-mindinho.htm>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- 25 - Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/06/louca-burra-prostituta-pesquisa-escancara-machismo-contra-dilma>. Acesso em: 31 de jan. 2025.
- 26 - Disponível em: <https://pt.org.br/foi-golpe-dilma-e-inocentada-na-acao-sobre-pedaladas-fiscais/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

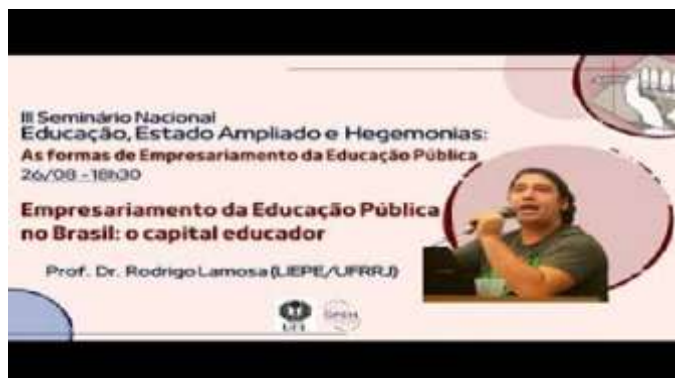
## 6 - Saiba Mais



**O QUE FAZ O INSTITUTO AYRTON SENNA?  
O JORNALISTA FLÁVIO GOMES RESPONDE**



**EDUCAÇÃO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E LUTA DE CLASSES – PROFA. DRA. VIRGÍNIA FONTES (GTO/UFF).**



**EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: O CAPITAL EDUCADOR – PROF. DR. RODRIGO LAMOSA (LIEPE/UFRRJ).**



**SOBRE O EMPRESARIAMENTO E A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS - PROFA. DRA. CAROLINA CATINI (UNICAMP).**



**FORMAÇÃO DOCENTE POR DENTRO DOS APHs – PROFA. DRA. OLINDA EVANGELISTA (UFSC).**



**PROFA. DRA. LÍCIA CARIELLO E PROFA. DRA. ADRIANA FARIAS.**



**DERMEVAL SAVIANI: A HISTÓRIA DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO.**



**PAULO FREIRE – PALESTRA – POLÍTICA E EDUCAÇÃO – 1993.**



**Grupo de Estudos em Educação Ambiental Crítica e Pedagogia Histórico Crítica UERJ**



**Observatório das Reformas Educacionais**



**APP Sindicado**



**Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (PPEd/UENP)**



**Educação, Estado Ampliado e Hegemonias – GPEH / UEL**  
*(grupo de estudos e pesquisas)*



**Grupos de Estudo da Pedagogia Histórico Crítica**



**Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições - UFAM**



**Andanças Educativas**  
*(ver também no Instagram).*

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Trad. Wolfgang Leo Maar. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 119-138.

ADORNO, Theodor W. Preconceito. ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Temas básicos da Sociologia. Trad. Álvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1956. p. 172-183.

BALZAN, Celso Sidinei; ORSO, Paulino José. Os desafios da institucionalização e implementação da Pedagogia Histórico-Crítica nos anos iniciais do ensino fundamental de Itaipulândia – PR. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S.I.], v. 5, n. 2, p. 159-174, 2013. DOI: 10.9771/gmed.v5i2.9707. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9707>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BATISTEL, Silmara Siqueira; DOLLA, Margarete Chimiloski; JUNGES, Angela Maria; SANTANA, Nereide Adriana Miguel de. O trabalho pedagógico na disciplina de língua portuguesa na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. PAGNONCELLI, Cláudia; MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de (Org.). *O Trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2016.

BEDIN, Gilmar Antonio. Os Direitos do homem e o neoliberalismo. 2a ed. – Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998 – 160 p. – (Coleção Ciências Sociais).

BIAVATTI, Sandra Macanhão; WIELEWSKI, Jaqueline Miliavaca. O ensino da arte na educação básica e a pedagogia histórico-crítica. PAGNONCELLI, Cláudia; MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de (Org.). *O Trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2016.

BORÓN, Atilio. A Sociedade Civil Depois do Dilúvio Neoliberal. SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BOTTOMORE, Ton. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRASIL. Decreto no 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/decreto/D6094.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6094.htm). Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal no 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Lei complementar no 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, DF: 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 6 fev. 2025.

BRASIL. Lei no 12.612 de 2012. Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Brasília, DF: 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12612.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12612.htm). Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. Revista do Serviço Público, [S/I], v. 50, n. 4, p. 5-29, 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/354>. Acesso em: 24 fev. 2025.

CATINI, Carolina; MELLO, Gustavo. Escolas leiloadas na bolsa de valores. Que educação é essa? Artigo online. Blog da Boitempo: 2024. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/11/11/escolas-leiloadas-na-bolsa-de-valores-que-educacao-e-essa/>. Acesso em: 3 fev. 2025.

CAVALCANTI, Maria Teresa. A fundação Lemann e a construção do sujeito neoliberal no Brasil (2002-2006). LAMOSA, Rodrigo; VIEIRA, Nívea Silva (org.). Todos Pela Educação? uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas. Curitiba: Appris, 2020.

CHAMAYOU, Gregoire. A Sociedade Ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

COLARES, Anselmo Alencar; ARRUDA, Elenise Pinto de; COLARES, Maria Lília Imbiriba Souza. Pedagogia Histórico-Crítica e a superação do projeto civilizatório burguês. HERMIDA, Jorge Fernando (Org.). Pedagogia Histórico-Crítica e a defesa da educação pública. João Pessoa, PB: Editora UFPB, 2021.

COSTA, Vânia Antunes Domingues da; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Teorias e Práticas Pedagógicas na Educação Básica.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; ALMEIDA, Siderly do Carmo Dahle de (Org.). Teorias Pedagógicas e Ação Docente na Educação Básica. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2023. 313p.

CROCHIK, José Leon. Educação para a resistência contra a barbárie. In: Revista Educação: Especial Biblioteca do Professor. Vol. 10: Adorno pensa a educação. São Paulo: Editora Segmento, 2007, p. 16-25.

CYTRYNOWICZ, Roney. Auschwitz e o turismo da memória. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 26, p. 148-153, 1995. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i26p148-153. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28158>.. Acesso em: 30 nov. 2024.

DELORS, Jacques et al. Educação - um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2006.

DUARTE, Newton. Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

DUARTE FILHO, Anésio José. Os impactos das políticas neoliberais na Rede Municipal de Ensino de Jacarezinho-PR (2022-2024). Orientadora: Marisa Noda - Jacarezinho, 2025. 138 p. Dissertação (Mestrado Profissional em PPEd) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

DUARTE FILHO, Anésio José; NODA, Marisa. A atuação da Sociedade Civil e os impactos na Educação Pública Brasileira: Movimento Pela Base e Instituto Ayrton Senna. Anais do XVI Jornada do HISTEDBR 2023 [Recurso digital]. Organizado por Jorge Fernando Hermida, Sávio Silva Vasconcelos. – João Pessoa: PPGE/UFPB, HISTEDBR, 2024. p. 392-396. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xvijornadadohistedbr/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

DUARTE FILHO, Anésio José; NODA, Marisa. Ração para Cães e Formação para Gestores e Docentes da Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Santa Cruz do Rio Pardo SP. Anais do V Seminário de Pesquisa em Educação [...]. Coordenação de George F. S. Martin e Patrícia Cristina de Oliveira Duarte. Jacarezinho: UENP, 2023. p. 123-128. Disponível em: <https://semdepesquisapped.wixsite.com/2023/c%C3%B3pia-contato>. Acesso em: 04 fev. 2025.

ENGUITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Neoliberalismo, qualidade total e educação. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 93-110.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. Trabalho Necessário. Rio de Janeiro, Ano 10, n. 15, 2012.

EVANGELISTA, Olinda. SHIROMA, Eneida Oto. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.33, n.3, set./dez. 2007.

FARIAS, Adriana Medeiros. Estado Ampliado e o Empresariamento da Educação Pública. Revista Trabalho Necessário, 20 (42), 01-24, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53532/32434>. Acesso em: 11 fev. 2025.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. CATANI, Denice Barbara (Org.). Universidade, escola e formação de professores. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 13-49.

- FERNANDES, Florestan. A transição prolongada: o período pós-constitucional. São Paulo: Cortez, 1990. (Biblioteca da educação. Série economia e política, v. 2).
- FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.
- FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra. 1 ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Org.). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), 1996. p. 9-49.
- GIARETTON, Francielly Lamboia; MAZARO, Leonete Dalla Vecchia; OTANI, Santa. O trabalho da matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: contribuições à luz da pedagogia histórico-crítica. PAGNONCELLI, Cláudia;
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUERREIRO, Paulo Sérgio. Conservadorismo e Neoliberalismo na educação básica brasileira: discursos, vínculos e planos de governos. 117 p. Dissertação (Mestrado em Educação Básica) – Universidade Estadual do Norte do Paraná. Campus Jacarezinho PR. Orientadora: Marisa Noda. Jacarezinho, 2022b.
- GUERREIRO, Paulo Sérgio. Meu professor por que lutas? Orientadora: Marisa Noda. 2022a. p. 57. Produto Educacional (Mestrado em Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho.
- JACAREZINHO. Lei Nº 4193 de 2022. Institui o Programa Adote uma Escola na rede Municipal de Jacarezinho PR. Jacarezinho: Câmara Municipal de Jacarezinho, 2022b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/j/jacarezinho/leiordinaria/2022/420/4193/lei-ordinaria-n-4193-2022-institui-o-programa-adote-uma-escola-na-rede-municipal-de-ensino-de-jacarezinho-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 8 fev. 2024.

JACAREZINHO. Lei nº 4214 de 2022. Autoriza o Município de Jacarezinho a participar do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná. Jacarezinho: Prefeitura Municipal de Jacarezinho, 2022c. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/pr/j/jacarezinho/lei-ordinaria/2022/422/4214/lei-ordinaria-n-4214-2022-autoriza-o-municipio-de-jacarezinho-a-participar-do-consorcio-intermunicipal-de-educacao-e-ensino-do-parana?q=lei+4214%2F2022>. Acesso em: 30 mar. 2024.

JACAREZINHO. Lei nº 4308 de 2023. Define critérios de escolha, mediante consulta à Comunidade Escolar, para designação de Diretores das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Educação de Jacarezinho, Estado do Paraná. Jacarezinho: Prefeitura Municipal de Jacarezinho, 2023a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/pr/j/jacarezinho/lei-ordinaria/2023/431/4308/lei-ordinaria-n-4308-2023-define-criterios-de-escolha-mediante-consulta-a-comunidade-escolar-para-designacao-de-diretores-das-unidades-escolares-da-rede-publica-municipal-de-educacao-de-jacarezinho-estado-do-parana?q=4308%2F2023>. Acesso em: 31 mar. 2024.

JACAREZINHO. Lei nº 4421 de 2023. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Jacarezinho. Jacarezinho: Prefeitura Municipal de Jacarezinho, 2023b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/pr/j/jacarezinho/lei-ordinaria/2023/443/4421/lei-ordinaria-n-4421-2023-dispoe-sobre-o-plano-de-cargos-carreira-e-remuneracao-do-magisterio-publico-municipal-de-jacarezinho?q=plano+de+cargos%2C+carreira+e+remunera%C3%A7%C3%A3o+dos+professores>. Acesso em: 2 abr. 2024.

LAMOSA, Rodrigo; VIEIRA, Nívea Silva. (org.). Todos Pela Educação? uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas. Curitiba: Appris, 2020.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de (Org.). O Trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2016.

MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. Campinas, SP: Alínea, 2010.

MANACORDA, Mario Alighiero. O princípio educativo em Gramsci. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2019.

MARTINS, Erika Moreira. Todos Pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2023.

MARTINS, Lúgia Márcia. Fundamentos da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. PAGNONCELLI, Cláudia; MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de (Org.). O Trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2016.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Nova Cultural (Coleção os Pensadores), 1978.  
MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.

MEZAROBBA, Gilson. Imperialismo e educação: a relação entre a educação pública e as fundações e institutos empresariais no Brasil (1990-2014). Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba. Orientadora: Anita Schlesener. Curitiba, 2017.

MINTO, Lalo Watanabe. O avesso das evidências: pesquisa e política educacional em tempos de negacionismo / Lalo Watanabe Minto. – Marília: Lutas Anticapital, 2023. 149 p.

MORDENTE, Giuliana Volfzon. Neoliberalismo Escolar e Processos de Subjetivação: como a educação “inovadora” opera? Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orientador: Prof. Dr. Francisco Teixeira Portugal. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/110240500/Neoliberalismo\\_escolar\\_e\\_processos\\_de\\_subjetiva%C3%A7%C3%A3o\\_como\\_a\\_educa%C3%A7%C3%A3o\\_inovadora\\_operar?source=swp\\_share](https://www.academia.edu/110240500/Neoliberalismo_escolar_e_processos_de_subjetiva%C3%A7%C3%A3o_como_a_educa%C3%A7%C3%A3o_inovadora_operar?source=swp_share). Acesso em: 3 jun. 2024.

MORDENTE, Giuliana Volfzon. Neoliberalismo escolar: subjetivações submissas da educação brasileira. Revista Olhar de Professor. Ponta Grossa, v. 27, 2024. p. 1-25. Disponível em:  
<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/23175>. Acesso em: 10 fev. 2025.

NASCIMENTO, Carolina Picchetti; SOUZA, Matilde Costa Fernandes de; ROSSA, Indialara Taciana; BUSS, Ana Cristina Gottardo; SILVA, Eliane Theinel Araújo Silva. Contribuições do ensino de educação física para a educação infantil fundamentada na pedagogia histórico-crítica e na psicologia histórico-cultural. PAGNONCELLI, Cláudia; MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de (Org.). O Trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2016.

ORSO, Paulino José. A implementação da pedagogia histórico-crítica: formas, exigências e desafios. LOMBARDI, José Claudinei.; COLARES, Maria Lília Imbiriba Souza; ORSO, Paulino José (Org.). Pedagogia histórico-crítica e prática pedagógica transformadora. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

ORSO, Paulino José. Pedagogia Histórico-Crítica: uma introdução. Revista GESTO-DEBATE. Campo Grande – MS, vol. 23, n. 17, p. 353-371, jan/dez 2023.

PAGNONCELLI, Cláudia; MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de (Org.). O Trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2016.

PARANÁ. Lei no 22.006, de 4 de junho de 2024. Institui o Programa Parceiro da Escola. Curitiba, PR: 2024.

PEREIRA, Pollyana de Paula; FERREIRA, João Vicente Hadich. Violência escolar e a educação contra a barbárie: um estudo a partir de Theodor W. Adorno. PEREIRA, Ana Lúcia; SOUZA, Antonio Carlos de; BRÍGIDO, Edimar; MOREIRA, Elisângela; MARTINEZ, Flavia Wegrzyn Magrinelli (Org.). Ágora: fundamentos epistemológicos e pesquisas avançadas em educação. Volume 7. Itapiranga, SC: Schreiber, 2023.

PUTZKE, Camila Patrícia Kipper. O Princípio Educativo: a escola em Gramsci. Anais do V Congresso Nacional de Educação (CONEDU). Campina Grande, PB: Realize Editora, 2018. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO\\_EV117\\_M D1\\_SA5\\_ID8839\\_28082018214304.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_M D1_SA5_ID8839_28082018214304.pdf). Acesso em: 6 de fev. 2025.

RIBEIRO, Ellen Cristine dos Santos; SOBRAL, Karine Martins; JATAÍ, Renata Pimentel. Omnilateralidade, politecnicidade, escola unitária e a educação tecnológica: uma análise marxista. Anais da I JOINGG - Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. Fortaleza, CE: UFCE, 2016. Disponível em: <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/OMNILATERALIDADE-POLITECNIA-ESCOLA-UNIT%C3%81RIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-TECNOL%C3%93GICA-UMA-AN%C3%81LISE-MARXISTA.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025.

RISSI, Lorena Mariana. Terceira Via e as Políticas Educacionais: uma investigação sobre o Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos em Londrina. 2021. 353 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina PR.

SAVIANI, Dermeval. Antecedentes, origem e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica. MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (Org.). Pedagogia Histórico-Crítica: 30 anos. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas, SP: Autores Associados, 1983.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica, Quadragesimo Ano – Novas Aproximações. Campinas: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (Org.). Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SHIROMA, Eneida; SANTOS, Fabiano Antonio dos. Slogans para a construção do consentimento ativo. EVANGELISTA, Olinda (org.). O que revelam os slogans da política educacional. Araraquara/SP: Junqueira-Marin, 2014. p. 21-46.

SOUZA, Patrícia de; GASPAR, Rafael Affonso; SILVA, Mariléia Maria da. O espontaneísmo da pedagogia da infância versus a diretividade e criticidade da escola unitária: as contribuições de Gramsci para pensar a educação infantil na rede municipal de Florianópolis. PerCursos, Florianópolis, v. 25, p. e0206, 2024. DOI: 10.5965/19847246252024e0206. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/24705>. Acesso em: 5 fev. 2025.

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. Volume único. Ed. 5. São Paulo: Método, 2015.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Todos Pela Educação – 2006-2009: relatório de atividades. São Paulo: 2009. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/144.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Todos Pela Educação: rumo a 2022. São Paulo: 2006.

WIND, Eddy de. Última parada: Auschwitz, meu diário de sobrevivência. Tradução do holandês Mariângela Guimarães. 2. Ed. São Paulo, SP: Planeta, 202